



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**THAIANE FIRMINO DA SILVA**

**POLÍTICA E CRISTIANISMO NA CONJUNTURA BRASILEIRA:  
UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL GAZETA DO POVO**

**FORTALEZA**

**2021**

THAIANE FIRMINO DA SILVA

**POLÍTICA E CRISTIANISMO NA CONJUNTURA BRASILEIRA:  
UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL GAZETA DO POVO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Prof. Orientador: Ms. José Estevão Machado Arcanjo

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S584p Silva, Thaianie Firmino da.  
Política e cristianismo na conjuntura brasileira : um olhar a partir do jornal Gazeta do Povo / Thaianie Firmino da Silva. – 2021.  
94 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Me. José Estevão Machado Arcanjo.

1. Política . 2. Religião. 3. Cristianismo. 4. Jornal Gazeta do Povo. 5. Brasil. I. Título.

CDD 300

---

THAIANE FIRMINO DA SILVA

**POLÍTICA E CRISTIANISMO NA CONJUNTURA BRASILEIRA:  
UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL GAZETA DO POVO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Prof. Orientador: Ms. José Estevão Machado Arcanjo

Aprovada em: 09/12/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. José Estevão Machado Arcanjo (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celina Amália Ramalho Galvão Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Valmir Lopes de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao DEUS de Abraão, Isaque e Israel.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Pai, o Senhor dos Exércitos, pelo direcionamento, inspiração e proteção.

À minha mãe, Genilma Firmino, mulher de respeito, honrada, dedicada à oração e pedagoga excepcional.

À minha irmã primogênita, Thâmisa Firmino, que é especial não apenas por ter sido diagnosticada com paralisia cerebral, mas por ser um presente de Deus para nós.

À minha irmã caçula, Thaís Firmino, garota honrada, parceira nas mais diversas empreitadas e jornalista espetacular.

Ao professor Estevão Arcanjo, pela disponibilidade em fazer parte dessa etapa na minha trajetória acadêmica.

Aos professores participantes da banca examinadora, Celina Lima e Valmir Lopes.

Ebenézer!

*“Outras nações confiam em seus carros e cavalos, mas a nossa confiança está no nome do Senhor, o nosso Deus. Eles perdem as forças e caem; nós, porém, ficamos em pé, firmes para sempre”.*

*Salmos 20. 7-8*

## RESUMO

A partir do entendimento de que a dicotomia política - religião é temática clássica na área das Ciências Sociais (MATA, 2008), esta investigação situou o objeto historicamente e concentrou esforços nas particularidades apresentadas na conjuntura do Brasil. Com o objetivo de analisar a influência do cristianismo no atual cenário político brasileiro, a pesquisa recorreu à editoria República, do jornal Gazeta do Povo, para verificar como as publicações evidenciaram o tema no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. À vista disso, localizou o veículo de mídia no panorama nacional e apresentou a relevância da temática em seu escopo. Desse modo, a pesquisa requisitou expertises das abordagens quantitativa e qualitativa e foi desenvolvida a partir de pressupostos teórico-metodológicos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). As técnicas empreendidas foram a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005), a entrevista individual (GASKELL, 2002) e a pesquisa documental (OLIVEIRA, 2007). Os resultados apontaram que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro hodierno e que a associação entre política e religião é percebida como legítima no âmbito do jornal Gazeta do Povo, sendo recorrente em notícias relacionadas ao Poder Executivo.

**Palavras-chave:** Política 1. Religião 2. Cristianismo 3. Jornal Gazeta do Povo 4. Brasil 5.



## ABSTRACT

Based on the understanding that the political-religion dichotomy is a classic theme in the area of Social Sciences (MATA, 2008), this investigation placed the object historically and concentrated efforts on the particularities presented in the context of Brazil. In order to analyze the influence of Christianity in the current Brazilian political scenario, the research resorted to the República editorial, of the Gazeta do Povo newspaper, to verify how the publications highlighted the theme in the period between 2018 and 2021. In view of this, located the media vehicle in the national panorama and presented the relevance of the theme in its scope. Thus, the research required expertise in quantitative and qualitative approaches and was developed from theoretical-methodological assumptions of content analysis (BARDIN, 2011). The techniques used were bibliographic research (STUMPF, 2005), individual interview (GASKELL, 2002) and documental research (OLIVEIRA, 2007). The results showed that Christianity exerts influence in the Brazilian political scenario today and that the association between politics and religion is perceived as legitimate within the scope of the newspaper Gazeta do Povo, being recurrent in news related to the Executive Power.

**Keywords:** Politics 1. Religion 2. Christianity 3. Gazeta do Povo newspaper 4. Brazil 5.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1	- Capa da 1ª edição do jornal Gazeta do Povo, em 1919 .....	37
Figura 2	- Sede do jornal Gazeta do Povo entre os anos de 1951 e 2017 .....	38
Figura 3	- Primeira foto colorida publicada no jornal Gazeta do Povo .....	39

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	- Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (2019 - 2022) .....	29
Tabela 2	- Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (2019 - 2022) .....	30
Tabela 3	- Discussões destacadas pela Gazeta do Povo .....	48
Tabela 4	- Organização equipes da Gazeta do Povo .....	50
Tabela 5	- Palavras-chave (grupos) .....	59
Tabela 6	- Termos-chaves (grupos) .....	61
Tabela 7	- Perfis líderes eclesiais nas mídias sociais digitais .....	80

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Publicações por agrupamento .....	62
---	----

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICA E RELIGIÃO SOB A PRÁXIS DO CRISTIANISMO .....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>O JORNAL GAZETA DO POVO .....</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta analisar a influência do cristianismo no atual cenário político brasileiro. Para tanto, a investigação recorreu à editoria República, do jornal Gazeta do Povo, para verificar como as publicações evidenciaram o tema no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. Apesar da dicotomia política - religião se configurar como temática clássica na área das Ciências Sociais, no Brasil o volume de pesquisas que evocam esse eixo sob a perspectiva de análise de periódico contemporâneo ainda é tímido, bem como é ínfimo o número de publicações científicas com tal temática vinculada ao mencionado jornal. Dessa forma, esta investigação partiu da premissa de viabilização de estudo que intenta colaborar para a redução desse hiato.

Atualmente, o cristianismo tem assumido papel preponderante no contexto político mundial, inclusive no Brasil. Apesar de não se tratar de um fenômeno novo, sobretudo nas terras brasileiras, onde nos anos 1930, 1950 e 1960 foram registradas amplas ligações entre essas esferas, é evidente que o acontecimento passível de observação retornou com robustez ao universo da política nacional. A inquietação central, contudo, gira em torno do fato dessa intensa reaproximação ocorrer poucas décadas após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que, à semelhança da promulgada em 1891, fez diferenciação entre a atuação do Estado e da Igreja, tendo o primeiro assumido ação mais ampla.

À vista disso, surgiu a seguinte pergunta norteadora: Como se dá a influência do cristianismo na formatação política do Brasil na atualidade? A partir disso, a hipótese levantada é que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro hodierno através da atuação dos seus adeptos e simpatizantes, haja vista que esses combatem ideias que confrontam valores centrais do dogma cristão e defendem as que confirmam a manutenção de crenças políticas e sociais pautadas no conservadorismo e no entendimento da família nuclear como uma unidade fundamental.

Com o anseio de obter resposta no âmbito de um recorte mais preciso, o objetivo central desta investidura se respaldou em analisar a temática no âmbito dos meios de comunicação, mais precisamente na editoria República do jornal Gazeta do Povo, no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. Por esse motivo, não foram levadas em consideração publicações situadas nas demais seções que

compõem o periódico, nem tampouco aspectos que relacionam o contexto em questão com outras religiões existentes no país ou intervalos de tempo distintos do demarcado previamente. Também não foram estudadas as imagens que compõem as notícias, já que a análise imagética não faz parte da proposta investigativa preconizada.

Nesse sentido, os objetivos específicos foram delineados da seguinte maneira: situar, historicamente, a dicotomia política - religião; registrar os mecanismos que, tradicionalmente, permeiam a relação entre política e cristianismo no Brasil; localizar o jornal Gazeta do Povo no contexto brasileiro; apresentar a relevância quantitativa da temática política - cristianismo no âmbito da editoria República, no período de 2018 a 2021; identificar como a temática em questão aparece nas publicações analisadas; compreender o que a abordagem apresentada revela sobre o panorama político brasileiro da atualidade.

Assim, a pesquisa requisitou expertises das abordagens quantitativa e qualitativa, já que a natureza de seu problema exprimiu pretensões que necessitaram de exame em ambas as vertentes. Por isso, o estudo foi desenvolvido a partir de procedimentos metodológicos baseados na análise de conteúdo (BARDIN, 2011), o que possibilitou a organização sistemática dos dados e estatísticas, mas também a interpretação desses elementos. As técnicas empreendidas, por sua vez, foram a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005), a entrevista individual (GASKELL, 2002) e a pesquisa documental (OLIVEIRA, 2013), sendo consideradas as seguintes fases para desenvolvimento do trabalho: 1) Esquadrinhamento do tema e do contexto; 2) Recolhimento do material a ser analisado; 3) Coleta de dados; 4) Análise de dados; 5) Redação final.

A primeira etapa foi marcada pela realização de pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005) e avaliação preliminar das publicações da editoria República do jornal Gazeta do Povo. Já a segunda, esteve fundada em pesquisa documental (DA FONSECA, 2002) e requisitou a definição do *corpus* de análise para garantir a precisão dos dados a serem analisados. A terceira, por seu turno, se materializou a partir da análise de conteúdo, por meio da qual foi efetivada a redução da complexidade da coleção de textos por meio de classificação sistemática (BAUER, 2002). A quarta etapa compreendeu a análise, que foi seguida pela construção textual para registro dos resultados, concernente à quinta etapa.

Salutar pontuar que, para fins desta investigação - que foi desenvolvida sob a égide de tema com notória relevância nos âmbitos político e social e no debate científico da hodiernidade - foram considerados pertencentes ao cristianismo indivíduos, grupos, instituições, organizações e associações que se definem como pertencentes ao protestantismo, surgido durante a Reforma do século XVI; ao catolicismo romano, subordinado ao bispo romano; e a ortodoxia oriental, originada a partir da divisão da Igreja Católica após o Grande Cisma, em 1054. Dessa forma, cada uma dessas modalidades é tratada de maneira geral, não sendo consideradas suas subdivisões, tais como denominações, por exemplo.

Assim, o trabalho apontou nuances relacionadas tanto à esfera da Ciência Política como da Comunicação. A primeira, a partir de consideração das postulações de teóricos clássicos e modernos, bem como por meio da análise que resultou na compreensão do contexto tal qual se apresenta. A segunda, se materializou transversalmente a formação em bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e mestrado na mesma área, por parte da autora, e em virtude da inserção de um veículo de mídia como ambiente utilizado como fonte de dados. Por conseguinte, a pesquisa apresenta caráter interdisciplinar.

Fundado em 1919 pelos advogados Oscar Joseph de Plácido e Silva (1892-1963), natural de Alagoas, e Benjamin Baptista Lins de Albuquerque (1876-1951), nascido na Paraíba, desde 2017 a Gazeta do Povo adotou modelo 100% digital e, talvez por isso, durante o mês das eleições de 2018 tenha despontado como o jornal mais lido do país, segundo o painel da *comScore MyMetrix*<sup>1</sup>. No ano seguinte, em decorrência do alto investimento em tecnologia e implementação de novas estratégias para entender o comportamento dos leitores, tornou-se o único do país a integrar *hub* de empreendedorismo mantido pelo Itaú e pelo fundo *Redpoint eVentures*.

Outro elemento aviltante no que concerne a eleição do mencionado veículo de mídia se firma na decisão do jornal de publicar na íntegra, em 2017, suas convicções editoriais e os valores que capitaneiam suas coberturas jornalísticas. Ao examinar esses aspectos, é verificável que perpassam por questões filosóficas e comportamentais, além de posições sociais, políticas e econômicas. É notório ainda

---

<sup>1</sup> Multiplataforma que combina o comportamento *mobile* e em computadores dos consumidores com informações detalhadas sobre estilos de vida, interesses, atitudes, dados demográficos e comportamentais para uma visualização digital unificada.



que as crenças elencadas caracterizam o jornal Gazeta do Povo como de cunho conservador, com prerrogativas de visão liberal em aspectos que envolvem a economia, por exemplo.

Entrementes, o posicionamento do veículo chama atenção ainda pelo apelo feito no cabeçalho da página onde expõe suas convicções: “E lembre-se: você não precisa concordar com elas. O que o jornal deseja é fomentar a discussão pública e tornar clara sua linha de pensamento” (GAZETA DO POVO, 2019, n.p.). Associado a isso, contribuiu para a escolha o posicionamento em defesa da liberdade de expressão e de valores que coadunam com o conteúdo em voga na política nacional atualmente: família, defesa da vida desde a concepção, valorização da mulher, respeito às liberdades individuais, Estado laico, entre outros.

Ademais, além de partícipe na história brasileira e de manter-se bem posicionado entre as empresas de mídia no país, a Gazeta do Povo se enquadra na temática desta pesquisa por tratar a associação política - cristianismo como uma manifestação legítima. Por esse motivo, o jornal se apresentou como fonte pertinente para análise da temática abordada.

## 2 POLÍTICA E RELIGIÃO SOB A PRÁXIS DO CRISTIANISMO

É sabido que as Ciências Sociais se preocupam com a religião como um fenômeno político, sobretudo em razão desta apresentar caráter ético-normativo que viabiliza o estabelecimento de parâmetros comportamentais atemporais. Não por acaso, em diversos momentos no transcurso da história é axiomática a mescla entre autoridade secular e religiosa - associação que passou a ser ponderada durante o século XVII, por ocasião de esforço intelectual europeu responsivo às guerras religiosas. Decorre disso a posterior separação entre Estado e Igreja, e o primeiro passa a marcar não apenas vigorosa afirmação nos planos econômico e político, mas se afirma como instância de poder autônoma (MATA, 2008).

Desse modo, o Estado reconhece que não pertence às suas atribuições o domínio sobre a totalidade da vida dos indivíduos e define seus fins como estritamente terrenos. Contudo, de acordo com Mata (2008, p. 238), “o Estado não foi capaz de produzir “valores e verdades” que substituíssem plenamente aqueles aos quais minara” ao desvencilhar-se da religião. Por esse motivo, segundo ele, esta última - a despeito de todas as sentenças de morte - continua a dispor de considerável poder. Para o autor, no entanto, a religião moderna acopla mecanismos extra-eclesiásticos e, por isso, transita em todas as esferas humanas, inclusive, a política.

Dessa visão decorre o entendimento de que não é possível ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea, principalmente porque os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções (BURITY, 2008). Consoante Pierucci e Prandi (1996), também não é viável desconsiderar a religião internalizada, posto que esta intervém na visão de mundo, muda hábitos, inculca valores e, por conseguinte, se configura como fonte de orientação da conduta.

Assim, a partir do entendimento de que a associação entre política e religião compreende tema clássico nas Ciências Sociais, não há como desconsiderar as postulações de Max Weber (2004) sobre o assunto. Nesse sentido, é importante registrar que o autor já tratava a mencionada dicotomia de forma a considerar tanto os aspectos históricos como os estruturais. Segundo sua visão, para além de se

configurar como um objeto de estudo, a religião pode ser explorada de forma a possibilitar compreensão acerca das transformações sociais que estão em curso.

Também é verificável em suas discussões que a religião pode ser considerada como um locus metodológico estratégico para verificação da condição moderna e, nesse caso, se apresentar como fator cerne para compreensão da dinâmica humana - inclusive quando relacionada às questões econômicas e políticas. Para ele, os impulsos práticos para a ação encontram seus fundamentos no contexto psicológico e pragmático das religiões. No entanto, a partir dos escritos de Weber (2004) é possível notar também que há necessidade de que a temática extrapole as conotações ideológicas para que seja viabilizada a análise dos processos sociais de forma consubstancial.

Do mesmo modo, Émile Durkheim (2002) enseja percepção que relaciona a religião com o contexto social. O autor deixa claro que, sob sua perspectiva, a primeira não se enquadra como um tópico apartado da teoria social, uma vez que pode ser entendida como “um sistema unificado de crenças e de práticas relativo a coisas sagradas [...] que unem os seus aderentes numa comunidade moral única” (Durkheim, 2002, p. 46). De acordo com ele, por sinal, o caráter essencialmente religioso da consciência coletiva é o que possibilita a manutenção da ordem social e, por isso, não pode existir sociedade sem religião.

Para além das discussões que envolvem a identificação do ângulo sob o qual o autor desenvolveu suas considerações - se como um fenômeno social ou como uma escolha individual - é inegável que ele impetrou esforços no sentido de considerar a dimensão coletiva e científica do conhecimento produzido pela religião com vistas a dar sentido à vida em sociedade. Em seus escritos, inclusive, Durkheim (2002) confirma a tradição teórica que coloca a religião no centro dos processos sociais e aponta o quanto é contributivo para a compreensão do vínculo social nas sociedades modernas considerar a religião em estudos referentes ao corpo social.

Outrossim, quando trata sobre o sistema político inglês, Edmund Burke (1982) reconhece a legitimidade da religião como fonte primaz para o desenvolvimento de estudos que envolvem a sociedade. Para ele, a Igreja foi responsável pela criação e conservação do Estado. Por isso, o pensador julgava justificada a ligação entre Estado e Igreja e entendia que “a religião pode ser considerada a base da sociedade civil e a fonte de todo bem e de toda felicidade dos homens” (BURKE apud KRITSCH, 2011, p. 74). Nesse âmbito, o autor defendia ainda a ideia de que a

estreita relação entre os dois campos favorece o surgimento de governantes imbuídos de espírito público, já que, posteriormente, seus atos deveriam ser submetidos à prestação de contas diante de Deus.

Sob sua visão, portanto, a religião está acima do poder temporal, de modo que sem ela “caem por terra as medidas de valores, as referências morais” (BURKE apud SCHALLENMUELLER, 2010, p. 159). Nesse sentido, o intelectual registrou também que a Igreja não deveria ser dependente do Estado no que concerne às suas propriedades, pois essa independência lhe garantiria a legitimidade para atuar junto a todas as classes sociais e defender seus ideais nas Cortes e no Parlamento, ainda que isso acarretasse em penetração nos assuntos de interesse da nação como um todo.

Tocqueville (2005), por sua vez, acreditava que apesar das crenças religiosas assumirem importância significativa na coesão social e na convivência político-democrática, não deveriam estar - ao menos sob o mirante da democracia - unida à política. Para ele, aliás, é indispensável que haja separação entre Igreja e Estado para que a religião exerça benéfica influência sobre o espírito da liberdade democrática. Todavia, o autor ponderou que o sublime seria a coabitação dos ideais democráticos com os costumes, a religião e o respeito às leis. Isso porque a religião se comportaria como fonte de interpretação da política e da lei natural, já que a manutenção de sua dinâmica provocaria equilíbrio na sociedade.

Antes disso, contudo, Maquiavel (2007) - que entendia que a religião cumpre uma função essencial na estrutura social - já havia postulado que o exercício do poder temporal por parte da Igreja tende a deteriorar sua missão como entidade espiritual. Para ele, dela decorre a sobrevivência do Estado por meio de elementos como coesão interna do povo, amor cívico e devotamento à pátria e, portanto, sua associação com a política - em sua forma mais moderna (o Estado) - a impediria de exercitar suas prerrogativas imateriais, o que culminaria na falha dos propósitos que lhe são inerentes, tais como resolução dos conflitos e melhoramento da convivência.

Logo, de acordo com o pensador, a religião não seria a grande rival da política, como posto pelos ideais iluministas, segundo os quais a razão e a ciência deveriam substituí-la como novos fundamentos de legitimidade do poder, mas seria um elemento importante na conjuntura social que deveria se limitar a um lugar próprio, posto que seria vultoso mecanismo para favorecer o reconhecimento entre

os seres humanos nos primeiros anos da educação. Para ele, após esse período a religião tenderia a ser percebida apenas como mais um ente secular.

Por outro lado, Rockwell e Paul (2013) assinalam que desde a Revolução Francesa - marcada por uma severa ruptura simultânea dos âmbitos político e religioso, em uma França inflada que se apresentou disposta a jogar fora as antigas instituições, agregar a força como única garantia de autoridade e alimentar uma igualdade que se materializava como querer ter mais do que o outro - há uma tentativa de sobreposição do Estado em relação à religião. Para eles, o primeiro deseja conquistar o espaço da segunda na tarefa de arbitrador do que é certo e do que é errado na vida privada e cívica do indivíduo.

Segundo os autores, a associação entre essas esferas, por vezes, é permeada por aspectos artificiais, uma vez que os interesses preconizados pelo Estado nem sempre coadunam com os princípios da fé e pelo fato de que a postura dos políticos, não raras vezes, infringe os dogmas religiosos (corrupção, extorsão tributária, recessões, entre outras coisas). Por esse motivo, acreditam que “as posições imutáveis e inflexíveis da igreja geram incômodos a ambos os lados do espectro ideológico, de progressistas à conservadores” (ROCKWELL; PAUL, 2013, n.p.).

Apesar disso, Bourdieu (1974) - que não tem a religião como tema central em suas obras - admite que ela e a política podem ser campos autônomos ou relacionados entre si, a depender do contexto. Todavia, ele enfatiza que a primeira tem um caráter político intrínseco, já que busca dar sentido àquilo que existe ou venha a existir e, conseqüentemente, tende a assumir considerável influência em questões importantes relativas à dinâmica social. Consoante o autor, sua função lógica de ordenação do mundo acaba por recobrir divisões sociais de grupos ou classes concorrentes ou antagônicas, reafirmando o caráter legitimador da produção simbólica (BOURDIEU, 1974).

Desse modo, o intelectual pondera que as demandas religiosas se organizam a partir de dois grandes tipos de situações sociais: 1) sentimento de dignidade prendido a convicção da própria excelência e perfeição de conduta de vida (abastados); 2) promessa de salvação do sofrimento e apelo da providência (menos favorecidos). Por conta disso, ele acredita que a religião assume “o monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um *habitus*

religioso particular” (BOURDIEU, 1974, p. 88) que os direciona a agir e pensar conforme os princípios de uma visão sistemática do mundo e da existência.

Quando pensada a partir da realidade brasileira, é possível identificar que a relação política - religião apresenta particularidades. De acordo com Alves (2019), ao contrário do que ocorre em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA), no Brasil a maioria das universidades não possuem departamentos de religião e teologia e, para ele, talvez por isso os estudos relativos à área estejam multifacetados e/ou limitados a verificação de fatos considerados excêntricos. Segundo o autor, o fato de na década de 1930 a ciência ter emergido nas terras brasileiras sob a prerrogativa de contraposição aos costumes religiosos não contribuiu para que a temática fosse posta de forma significativa no cenário. Para ele, “num momento em que a tarefa urgente era preparar o caminho para o futuro, a preocupação com a religião só poderia significar um desperdício fútil das forças da ciência” (ALVES, 2019, p. 68).

Sobre isso, Mata (2008) destaca que trata-se de um fenômeno especificamente brasileiro que não se explica apenas pelo caráter marcadamente normativo da teologia, mas pelo fato de que tanto esta como as Ciências Sociais pretendem explicar a religião. Por conta disso, segundo ele, as investidas acadêmicas foram iniciadas de maneira a não perscrutar as nuances que envolviam a religião, principalmente a evocada pela Igreja Católica Romana - instituição que assumiu papel com enorme peso histórico e cultural sobre a formação do país. Conforme o autor, se por um lado a intenção era ignorar o contexto de forma a pormenorizar atributos da fé, por outro, havia também o receio em esmiuçar os meandros de uma instituição com notáveis poderes.

Contudo, segundo Usarski (2013), no século XIX era forte a presença de clérigos na academia, principalmente em áreas como educação, filosofia e história. Isso, sob sua ótica, garantia que as produções teóricas no país contemplassem discussões no campo da religião. Azzi (1977) menciona que esse fenômeno está ligado às bases lançadas por carta pastoral publicada em 1916 por D. Sebastião Leme, à época governador da diocese de Olinda e Recife, no estado de Pernambuco. O autor afirma que o documento apontava para a necessidade do ensino religioso como um mecanismo para efetivação do papel de liderança da Igreja Católica na sociedade e foi posto em prática entre os anos de 1921 e 1930, quando o clérigo assumiu o episcopado brasileiro.

Azzi (1977) aponta também que outro objetivo dos líderes do catolicismo na época era colaborar com o governo para manter a ordem e a autoridade constituída, o que garantiu o reatamento das relações entre Igreja e Estado no Brasil - adormecidas nos trinta primeiros anos após a promulgação da Carta Magna de 1891. Nesse ponto, o escritor destaca que ocorreu a afirmação da hierarquia católica no país, uma vez que o período marcou uma nova etapa na história da instituição no território brasileiro, denominado de Restauração Católica. Antes dela, ou seja, durante o período de distanciamento entre esses entes, a separação entre eles foi rigidamente considerada, de forma que os líderes políticos desconheciam a ação e a presença da entidade religiosa e esta se mantinha confinada em sua organização e vida interna (AZZI, 1977).

Com o desenvolvimentismo dos anos 1950 a transformação social acelerada e a racionalização científica posta em voga empurrou com mais intensidade os quesitos concernentes à religião para debaixo do tapete social (MATA, 2008). No início da década seguinte as manifestações religiosas permaneceram invisibilizadas pelo universo científico. No entanto, em razão da politização dos setores leigos das igrejas Católica e Protestante, bem como em decorrência das contradições internas e externas provocadas pelo amplo e veloz desenvolvimento econômico do país, a fé voltou a ocupar centralidade na sociedade - inclusive, com novos formatos - e, talvez por isso, o retrato objetivo da transição do tradicional para o moderno também tenha começado a desmoronar sob a perspectiva do rigor acadêmico.

Após o Governo Militar, mais precisamente no ano de 1988, o Brasil passou a contar com uma Constituição que, à semelhança da promulgada em 1891, fazia a diferenciação entre a atuação do Estado e da Igreja por meio da laicidade. Ainda assim, em diversos momentos da história política nacional o cenário esteve envolto por nuances religiosas. Em dados eventos, inclusive, o envolvimento da religião com a política no âmbito das disputas eleitorais ficou ainda mais evidente. É o caso da última eleição presidencial, ocorrida no final de 2018 e vencida<sup>2</sup>, em segundo turno, pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro, à época filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

Segundo Pierucci (2011), desde a eleição de 1986 para o Congresso Constituinte que no Brasil enseja-se o entendimento de que a investida religiosa em

---

<sup>2</sup> Bolsonaro (PL) venceu o pleito com 55,13% dos votos válidos, o que corresponde a 57.797.847 milhões de sufrágios.

processos eleitorais para produzir votos é efetiva e eficaz. Apesar disso, porém, ele afirma que houve ocasiões em que a assertiva não se confirmou e, por isso, acredita que “o voto das massas religiosas não há de ser necessariamente um voto obediente” (PIERUCCI, 2011, p. 7). No mesmo sentido, Prandi (2017) acredita que a religião, no contexto ocidental moderno, perdeu significativamente a capacidade de estruturar a política e a sociedade, principalmente porque em seu seio dá “tratamento privilegiado às coisas da intimidade em detrimento das coisas do governo da nação” (PRANDI, 2017, p. 188).

No entanto, como bem pontuou Cunha (2017, p. 106), “não é mais possível ignorar o lugar das subjetividades e de práticas coletivas delas decorrentes, como as religiões, na construção de novas formas de reação às demandas tão diversas e plurais na contemporaneidade”. E aí está incluída a esfera política. Portanto, é vultoso dedicar esforços para compreensão da configuração política brasileira atual no que concerne à influência do cristianismo.

Dito isto, é importante considerar o panorama mundial hodierno, onde 2,4 bilhões de pessoas se declaram pertencentes ao cristianismo. Representada por um terço da população mundial, a religião é percebida como a maior do mundo e compreende o protestantismo, surgido durante a Reforma do século XVI; o catolicismo romano, subordinado ao bispo romano; e a ortodoxia oriental, originada a partir da divisão da Igreja Católica após o Grande Cisma, em 1054. No Brasil, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 86,8% dos habitantes se identificam como cristãos.

De acordo com Mata (2008), existem duas formas básicas de cristianismo: o eclesial e o amalgamado com elementos da cultura moderna. O primeiro, segundo ele, está fundamentado na autoridade de seus líderes, enquanto que o segundo se firma em um senso de interioridade constituído livre e individualmente. É essa última modalidade que ganha espaço no âmbito político, em decorrência da prevalência de uma espécie de ideal de divindade profético-cristão que não é inviabilizado pela modernidade (MATA, 2008). Tendo isso em vista, o autor pondera que o cristianismo jamais se tornará periférico no Ocidente e defende que a religião assumirá novas formas para corresponder aos anseios da contemporaneidade.

Isso porque, sob seu entendimento, o cristianismo é permeado pela dinâmica social de forma que é possível perceber a inexistência de oposição entre ele e a



hodiernidade: “Os adeptos do cristianismo têm de aprender a ver no mundo moderno [...] um produto do cristianismo [...] e os inimigos do cristianismo precisam convencer-se de que o mundo moderno pode ser emancipado do cristianismo apenas em relação a alguns aspectos” (TROELTSCH apud MATA, 2008, p. 242). Assim, conforme o autor, mais do que mudanças teológicas na forma de compreender o cristianismo, é proeminente a perspicácia de percebê-lo como um ente que possibilita a concatenação entre fé, valores e minúcias políticas por parte dos seus professores.

Todavia, de acordo com Burity (2008), disso decorrem outros pontos a serem considerados quando no âmbito do republicanismo. O primeiro deles é a desconfiança de que a presença religiosa na esfera pública a enfraquece, já que introduz lógica particularista sobre os interesses coletivos. Outro aspecto considerado pelo autor está relacionado à derrocada da laicidade do Estado quando da prevalência de ideias de determinado grupo. Ele aponta também que a associação entre Estado e religião pode reforçar os efeitos fragmentadores do diferencialismo, que “abriria a porta a que um número indefinido de demandas por representação e reconhecimento enfraquecesse os acordos coletivos substantivos necessários à preservação de uma ordem democrática” (BURITY, 2008, p. 89). Nesse escopo, o escritor também menciona a possibilidade de reforço da imagem de indesejabilidade de admitir ou promover a participação na esfera pública por parte do conservadorismo moral e político, convencionalmente associado aos atores religiosos.

Nesse âmbito, é salutar registrar a necessidade de que o pesquisador que se debruça sobre a temática se afaste do “viés ideológico que caracteriza como ilegítimo toda e qualquer atuação pública das religiões e verifique as diferentes possibilidades de atuação dos grupos confessionais na sociedade política” (MACHADO, 2006, p. 19). Isso porque a entrada da religião na esfera política pode se configurar como uma espécie de proteção da liberdade religiosa e das liberdades e direitos modernos, bem como uma ferramenta importante para o próprio direito de existência de uma sociedade civil e democrática, haja vista que as identidades religiosas podem ser tão ou mais importantes que as identidades partidárias (MACHADO, 2006).

Assim sendo, é importante reforçar que no Brasil a interface entre política e religião apresenta contornos singulares. De acordo com Silva (2017), a Igreja

Católica influenciou a elaboração da Constituição de 1933, por meio da Liga Eleitoral Católica (LEC); manteve uma estreita relação com o governo do presidente Getúlio Vargas (1930 - 1945); e apoiou o Regime Militar, em 1964. Em seu seio também houve impacto provocado pelo surgimento da Teologia da Libertação (TI), Teologia da Missão Integral (TMI) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma vez que tais iniciativas convergiram para a transformação do relacionamento da Igreja com a política e com as elites nacionais por meio da estigmatização de Jesus como ativista político e enquadramento do Evangelho como defensor de minorias.

No entanto, a emergência do protestantismo como ator político, a partir do contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, acrescentou outros referenciais ao cenário, já que foram impetradas estratégias para eleger parlamentares vinculados com a liturgia e o ideário político dos protestantes. Como consequência, foi consolidada no ambiente legislativo a formação da “bancada evangélica”, uma das principais do Congresso Nacional (SILVA, 2017). Consoante Silva (2017), o avanço desse grupo na política brasileira conferiu caráter ainda mais conservador às discussões e às legislações propostas a partir de então. Nesse sentido, o autor justifica que “temas como a descriminalização do aborto, casamento civil igualitário, eutanásia e outras agendas com impacto em valores religiosos e/ou morais se tornaram tabus no ambiente político nacional” (SILVA, 2017, p. 225).

Todavia, em virtude da existência de dinâmicas sociais em vigência entre frações das elites e dos movimentos sociais que poderiam isolar seu poder de influência - tais como: liberalismo, racionalismo, positivismo e comunismo - a Igreja Católica, como já mencionado, realizou transformações internas entre 1891 e 1920, com o objetivo de acentuar sua presença na sociedade. Nesse ínterim, como reação à emergência do protestantismo no campo religioso e social do país, a entidade construiu um discurso sustentado pela dualidade bem/mal - onde o “bem” são os valores morais e a família e o “mal” o mundo moderno com suas novas concepções de organização social (SILVA, 2017).

Ademais, com o intuito de combater as religiões que surgiam, a instituição se apresentava como guardiã dos valores vitais para a ordem social e como via única de comunicação com Deus. Nesse bojo, com a intenção de defrontar outro “inimigo”, materializado na ascensão do comunismo e dos sindicatos, criou associações como os Círculos Operários Católicos (COC) e a Juventude Operária Católica (JOC), em 1930, os quais centravam-se na adesão de católicos ao Movimento Integralista

(conservador). Apesar disso, a instituição incentivava os membros a permanecerem filiados aos sindicatos para combaterem as posturas situadas à esquerda política durante as reuniões dessas entidades (SILVA, 2017).

Nesse ponto, Silva (2017) aponta que nenhum empreendimento foi tão singular quanto a Liga Eleitoral Católica (LEC), visto que esta se constituiu em uma das principais estratégias de intervenção dos objetivos e concepções religiosas na esfera política, desde a separação de ambas. “A LEC tinha por objetivo influenciar a composição do legislativo federal nas eleições de 1933 e, por conseguinte, a Assembleia Nacional Constituinte que seria (e foi) realizada em 1933” (SILVA, 2017, p. 228). Instituída em todo o Brasil, a Liga funcionava por meio de comitês que identificavam possíveis representantes para as eleições e, após análise das plataformas eleitorais - que levava em conta valores morais, a questão do divórcio e o ensino religioso nas escolas - indicavam aos católicos quais eram os candidatos recomendados e os que deveriam ser evitados.

Nesse contexto, a Igreja formou comissões em seu interior com o intuito de debater o Código Civil, o Código Penal, a Lei Eleitoral e a defesa dos valores da família, de forma que os parlamentares eleitos e que contavam com sua supervisão atuavam como seus interlocutores no Congresso Nacional. Isso, possivelmente, contribuiu para que a Constituição de 1934 contemplasse em seu teor a “proibição do divórcio, o ensino religioso nas escolas e o estabelecimento de subsídios estatais para as obras assistenciais vinculadas à Igreja” (SILVA, 2017, p. 229).

Após o governo Getúlio Vargas, houve alterações na aliança entre a Igreja Católica e o Estado, principalmente porque a época foi marcada pela industrialização e expansão dos fluxos migratórios do norte/nordeste para o sudeste, o que provocou uma mudança considerável no cenário religioso de outrora, posto que ocorreu a emergência do protestantismo nos centros urbanos, sobretudo na cidade de São Paulo (SP). Ao contrário do catolicismo, o protestantismo focou nas camadas mais populares da sociedade e ganhou espaço.

Apenas após o Concílio Vaticano II, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, esse entendimento mudou no interior da Igreja Romana. Ainda assim, entre seus fiéis houve divergências entre progressistas e conservadores, já que estes últimos defendiam uma mudança de postura gradual e os primeiros - corporalizados por meio de associações como Juventude Universitária Católica (JUC), Ação Católica Brasileira (ACB), Ação Popular (AP) e a já

mencionada JOC, que impulsionaram a criação das CEBs - ansejavam por rupturas com o clero para oferecer caminhos ao catolicismo.

Na prática, em 1964 esses últimos se aproximaram dos grupos de esquerda e passaram a proferir críticas ao capitalismo e enunciar uma proposta de intervenção no mundo para promover a justiça social. Contudo, no mesmo ano a CNBB emitiu comunicado informando que apoiava o Governo Militar, já que, sob sua visão, “atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista” (SCOTT, 1989, p. 102).

Seis anos mais tarde, sob influência das CEBs - que desde a concepção tinham entre seus objetivos recuperar o espaço perdido pela Igreja Católica - a instituição religiosa adotou a contestação da acumulação financeira, das desigualdades, do latifúndio e da autoridade política vigente como itens fundamentais em seu discurso. Isso porque essas comunidades, materializadas em 80 mil sedes com 2 milhões de adeptos entre os anos de 1970 e 1980, “estimulavam maior intervenção e postura crítica dos cristãos sobre os processos políticos e sociais” (SILVA, 2017, p. 234). Apesar de manter em seu seio os dogmas centrais do catolicismo, dessa investida emergiram o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos e associações de bairros.

Contudo, Silva (2017) aponta que em 1980 a ala progressista do catolicismo perdeu espaço, sobretudo em razão da redemocratização, uma vez que as pautas antes defendidas e discutidas no âmbito das CEBs passaram a ser tratadas de forma independente por associações de bairros, movimentos sociais e partidos políticos. Outro fator mencionado pelo autor resvala na apreensão dos grupos conservadores internos para frear no país a TL e dar suporte à Renovação Carismática Católica (RCC) - movimento originado no ambiente universitário de Pittsburgh, nos Estados Unidos, que se identifica como contrário à orientação teológica da chamada “esquerda católica” e cujas principais características são o desenvolvimento da fé a partir da esfera íntima e a consideração dos valores morais.

Além deste, Opus Dei e Comunhão Libertação são grupos católicos que se envolveram na política. O primeiro, fundado em 1928 por Josemaria Escrivá - um sacerdote espanhol proclamado santo pelo Papa João Paulo II, em 2002 - tem como

prerrogativa a disseminação da mensagem de que “o trabalho e as circunstâncias do dia a dia são ocasião de encontro com Deus, de serviço aos outros e de melhora da sociedade” (OPUS DEI apud DA SILVA, 2009, p. 18). Por isso, a prelazia prega que todos podem servir a Deus e à sociedade em suas vidas e atividades comuns no dia a dia. De acordo com Macedo (2018), por meio de formações realizadas em seus centros, a instituição dissemina a fé conservadora e, por esse motivo, rivalizou com ordens jesuítas e com a TL.

De acordo com Giorgi e Polizzi (2012), o Comunhão Libertação - que nasceu na década de 1970 e teve como fundador o sacerdote Luigi Giussani - também associa tradicionalismo e modernidade. O movimento, conforme Quadros e Savorana (2015), objetiva reapresentar Cristo como centralidade da experiência humana e, para tanto, recorre a método próprio que consiste no convencimento do homem moderno, por meio da razão. Os autores explicam que o foco está em fazer Jesus ser percebido pelos jovens como uma presença, não como “um ser distante envolvido em devoções e tradições automatizadas” (QUADROS; SAVORANA, 2015, p. 180).

No que diz respeito ao protestantismo, é imprescindível pontuar que sua explosão no Brasil se deu em 1970, quando se configurou como força na esfera religiosa a ameaçar a hegemonia (social e política) do catolicismo. Isso se deu, em parte, pela introdução de inovações teológicas no cristianismo nacional por meio da crença nos dons do Espírito Santo (SILVA, 2017). Nesse escopo, a primeira igreja a surgir foi a Congregação Cristã no Brasil, fundada em 1910, no estado de São Paulo. Por apresentar aversão a política e a divulgação midiática de seu entendimento de fé, a referida não assumiu postura de influência política.

Já a Assembleia de Deus - fundada em 1911 por missionários suecos instalados no estado do Pará - se converteu, até a década de 1950, como a maior expansão do protestantismo no país. Em 1970, se destacaram a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada por Edir Macedo, e a Igreja Internacional da Graça de Deus, instituída por R.R. Soares, que primam por uma pregação alicerçada na compreensão de que os cristãos devem buscar o êxito financeiro como forma de evidenciar que a espiritualidade não é somente um bem interior, mas que se reflete na qualidade de vida (teologia da prosperidade).

Nesse ínterim, de acordo com Silva (2017), dois pontos marcaram a entrada do protestantismo na política brasileira: 1) o receio de que a Carta Constitucional

agregasse termos contrários aos valores bíblicos; 2) o temor de que setores da Igreja Católica situados à esquerda política tivessem força para barrar o crescimento do protestantismo. Por esses motivos, foi iniciado processo de organização com fins eleitorais no âmbito de parte das igrejas compreendidas neste eixo, tendo em vista, principalmente, a presença nos espaços legislativos como instrumento de proteção de suas práticas litúrgicas. Reforçou esse entendimento a prisão, em 1992, de Macedo, acusado de charlatanismo, curandeirismo e estelionato.

Contudo, no âmbito do protestantismo o apoio às candidaturas ao Executivo também passou a ser considerado, a exemplo dos presidentiáveis Fernando Collor de Mello, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994. O objetivo, nesse caso, era fazer oposição à candidatos situados ideologicamente à esquerda, uma vez que ideias inerentes a tal posicionamento político se firmam em bases contrárias às proposituras bíblicas defendidas pelo luteranismo, tais como idolatria (retirada de Deus do primeiro lugar), gnosticismo (percepção de parte da criação como intrinsecamente má) e simulacro de escatologia (postulação de que ao homem é possível a auto redenção).

Nesse ponto, Burity (2008) destaca que passou a ocorrer a preparação de possíveis quadros eleitorais no interior das igrejas relativos à ocupação de cadeiras no Legislativo. Segundo o autor, a ideia era disponibilizar para os profanos dos valores morais do cristianismo candidatos alinhados com os interesses e orientações eclesiais. Bohn (2007) salienta ainda que no período ocorria um estímulo para que entre os fiéis fosse despertada a consciência da necessidade da presença da igreja na política como forma de intervenção em temas políticos relevantes para a sobrevivência dos valores religiosos.

Desse modo, em 1990 a participação de protestantes e católicos na política institucional passou a ser percebida como componente da missão eclesial das igrejas e, a partir disso, surgiram as frentes parlamentares de caráter confessional que, mais do que mudanças teológicas, compreendiam ser primordial que valores do cristianismo fossem estendidos à sociedade por meio da legislação vigente (SILVA, 2017). Ao contrário das CEBs, essas frentes estão inclinadas à intervenção através da política partidária e unem católicos e protestantes em coalizões que visam frear iniciativas que interfiram em questões morais e no ideário da família tradicional.

Atualmente, a Frente Parlamentar Evangélica compreende 21 partidos e conta com 194 deputados e 8 senadores, o que equivale a pouco mais de 34% do Parlamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (2019 - 2022)

<b>Partido</b>	<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
PL	15	--
PP	14	--
DEM	10	02
PSL	26	--
PDT	04	--
PSD	28	01
REPUBLICANOS	24	--
SOLIDARIEDADE	06	--
PT	04	--
MDB	13	01
CIDADANIA	02	--
PSDB	11	01
PSC	08	02
AVANTE	04	--
PODEMOS	03	01
NOVO	01	--
PATRIOTAS	06	--
PROS	04	--

PTB	04	--
PSB	06	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações disponibilizadas pela Câmara dos Deputados.

Em virtude do modelo adotado pela Igreja Católica de não apoiar oficialmente nenhum candidato, a aprovação das lideranças leigas carismáticas é o respaldo que reveste as candidaturas de legitimidade institucional (SILVA, 2017). Em 2015, por ocasião da apresentação da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, tornou-se possível verificar a expressividade do catolicismo na política do país. Composto por 206 deputados e 9 senadores, o que representa 36,2% dos assentos no Congresso Nacional, partidariamente o grupo está organizado da seguinte maneira:

Tabela 2 - Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (2019 - 2022)

<b>Partido</b>	<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
PL	11	--
PP	17	01
DEM	08	02
PSL	22	--
PDT	13	--
PSD	33	--
REPUBLICANOS	18	--
SOLIDARIEDADE	05	--
PT	17	01
MDB	12	02
CIDADANIA	02	--



PSDB	04	01
PSC	05	--
AVANTE	02	--
PODEMOS	04	01
PATRIOTAS	05	--
PROS	08	01
PTB	03	--
PSB	14	--
PCdoB	02	--
PSOL	01	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações disponibilizadas pela Câmara dos Deputados.

Vale destacar que alguns congressistas mantêm seus nomes em ambas as frentes, o que confirma que a ascensão da RCC no interior do catolicismo permitiu a superação de impasses históricos entre católicos e protestantes e, por conseguinte, possibilitou a convergência de suas agendas (SILVA, 2017), sobretudo no que concerne a preservação da família tradicional e a compreensão do valor da vida desde a concepção. Para Silva (2017), por conta disso a união desses segmentos reescreve a relação entre religião e política no Brasil no âmbito do Poder Legislativo.

À vista disso, é possível verificar iniciativas como o Projeto de Lei (PL) nº. 6583/2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família a partir do entendimento de que a família é uma entidade formada por um homem, uma mulher e seus filhos, ou um dos pais e seus descendentes - conforme preconizado pela Constituição de 1988, no Capítulo VII, artigo 226. Outro exemplo é a proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº. 99/2011, que visa acrescentar ao artigo 103 da Constituição Federal o inciso X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos.

Notórias ainda as investidas pró-vida por parte das frentes católica e protestante, principalmente por meio do PL nº. 5069/2013, que propõe que a realização de aborto em casos de estupro só possa ser efetivada mediante registro policial do acontecimento e exame médico - o que promove uma mudança acentuada, haja vista que atualmente é necessário apenas a declaração da gestante sobre a violação sexual. Contudo, é importante ponderar que os atores políticos pertencentes ao catolicismo e ao protestantismo não necessariamente defendem integralmente, ao longo de seus mandatos, as diretrizes adotadas pelas respectivas frentes parlamentares.

Todavia, se em 2018 a força política das religiões cristãs podia ser verificada com mais ênfase no Legislativo, o vislumbre de consideráveis mudanças no panorama foi iniciado no mesmo ano, por ocasião das eleições presidenciais. O debate público, massivamente, passou a considerar a inserção dos valores do cristianismo no contexto político, seja para afirmá-los ou para refutá-los. Assim, os principais concorrentes ao Executivo passaram a manifestar algum tipo de ligação com a religiosidade e, em alguns casos, não fizeram questão de ocultar que as investidas foram desenvolvidas no afã de conquistar votos.

A última campanha para presidente contou com a participação de 13 candidatos: Álvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriotas); Ciro Gomes (PDT); José Maria Eymael (Democracia Cristã); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Jair Bolsonaro (PSL); João Amoedo (Novo); João Goulart Filho (PPL); Marina Silva (Rede); e Vera (PSTU). No entanto, esteve polarizada entre os presidenciáveis do Partido Social Liberal (PSL) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando observados os dois principais projetos da disputa eleitoral daquele ano é possível observar certas peculiaridades relacionadas à associação entre política e religião.

A primeira delas centra-se na efetivação de mecanismos que, não raras vezes, contradizem as postulações partidárias e as agendas ideológicas. Esse, talvez, seja o caso das investidas impetradas pelos integrantes da chapa petista, Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB), que se reuniram com lideranças

evangélicas, frequentaram missas<sup>3</sup> e participaram da cerimônia de Eucaristia<sup>4</sup> - rito considerado pela Igreja Católica como o sacramento que representa o corpo e o sangue de Cristo transmutados em pão e vinho, em uma referência à morte na cruz e a ressurreição do primogênito de Deus, cuja participação está atrelada ao pertencimento à religião e exame de consciência.

Do outro lado, Jair Messias Bolsonaro (PSL)<sup>5</sup>, que durante a campanha eleitoral participou de cultos e encontros com lideranças protestantes e assumiu como máxima de sua campanha *slogan* inspirado no brado surgido no final da década de 1960 (“Brasil acima de Tudo”)<sup>6</sup> entre paraquedistas do Exército brasileiro. A este, o então candidato apensou a frase “Deus acima de todos”. Juntas, as construções frasais deram nome à coligação e se tornaram uma manifestação padrão do presidencialismo no final dos seus discursos. O objetivo era tornar clara a associação entre a nação e Deus e apontar que, caso eleito, seu governo consideraria os princípios cristãos como legítimos e inspiradores - o que mais tarde, após vencer o embate eleitoral, se materializou por meio da expressão “O Estado é laico, mas Jair Bolsonaro é cristão”<sup>7</sup>.

Diante do exposto, é evidente que o objeto precisa ser perscrutado em suas minúcias e, longe de intentar esgotá-lo, esta investigação primou por analisá-lo nas publicações da editoria República, do jornal Gazeta do Povo, veiculadas no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021. O propósito, portanto, foi verificar como se dá a influência do cristianismo no atual cenário político brasileiro.

---

<sup>3</sup> Haddad reforça aceno a eleitorado religioso ao participar de missa em SP. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,haddad-reforca-aceno-a-eleitorado-religioso-ao-participar-de-missa-em-sp,70002544905> Acesso em 15 de setembro de 2021.

<sup>4</sup> Diocese: após Missa com Haddad: Padre foi devidamente advertido. Disponível em <https://www.acidigital.com/noticias/diocese-apos-missa-com-haddad-padre-foi-devidamente-advertido-12365> Acesso em 15 de setembro de 2021.

<sup>5</sup> Atualmente filiado ao Partido Liberal (PL).

<sup>6</sup> ‘Brasil acima de tudo’: conheça a origem do slogan de Bolsonaro. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/> Acesso em 15 de setembro de 2021.

<sup>7</sup> Presidente em evento evangélico: “Estado é laico, mas Bolsonaro é cristão”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/08/presidente-em-evento-evangelico-estado-e-laico-mas-bolsonaro-e-cristao.htm> Acesso em 15 de setembro de 2021.

### 3 O JORNAL GAZETA DO POVO

Antes de analisar como a temática central desta investigação aparece na Gazeta do Povo, é importante apresentar, em um breve panorama histórico, o veículo de mídia - que foi fundado em 3 de fevereiro de 1919 pelo paraibano Benjamin Baptista Lins de Albuquerque e pelo alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva. O primeiro, nascido no ano de 1876, em João Pessoa (PB), era filho de João Lins de Albuquerque Júnior e Anna Carolina Baptista Lins de Albuquerque. Além de ter fundado e dirigido a Gazeta, também inaugurou o jornal O Dia.

Advogado, escritor e militar, Lins objetivava que os periódicos se destinassem a formar a opinião pública paranaense de maneira a livrar o povo “das estreitezas e egoísmos de certos políticos que não entendem a vida pública senão subordinada ao maquiavelismo dos interesses particulares” (A MAÇONARIA NO PARANÁ apud ALMEIDA; KOVOSCK; ROCHA, 2016, p. 10). Ele, que havia saído do Nordeste rumo à Curitiba (PR) em 1907, logo após a mudança passou a contribuir com o movimento pró-Universidade do Paraná, idealizado em 1892 pelo jornalista, advogado, professor, historiador, político e escritor, José Francisco da Rocha Pombo.

Já De Plácido e Silva, que nasceu na cidade de Marechal Deodoro, no estado de Alagoas, em 1892, se mudou para Curitiba (PR) a convite de um de seus irmãos, em 1912 - ano de fundação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que inicialmente era composta pelas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, além de uma escola de Comércio (UFPR, 1995). Mais tarde, o autor do Vocabulário Jurídico, obra editada até os dias atuais, se tornou o primeiro aluno e o primeiro funcionário da instituição.

Posteriormente, o alagoano instituiu a Escola Técnica de Comércio De Plácido e Silva, que anos mais tarde passou a chamar-se Faculdade de Ciências Econômicas De Plácido e Silva, e criou a Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP). Além disso, De Plácido e Silva foi professor da Faculdade de Direito de Curitiba, fundou a Editora Guaíra e concebeu o Iate Clube de Guaratuba (PR).

Após se conhecerem na UFPR, Lins e De Plácido e Silva mantiveram juntos escritório de advocacia e, a partir disso, alimentaram a ideia de fundar um jornal com a finalidade de fortalecer o Movimento Paranista, surgido após a Guerra do Contestado (1912-1916) e que tinha como mote central o fortalecimento da

identidade paranaense e a valorização do povo. Então, nasceu a Gazeta do Povo, sediada na Rua Muricy, no centro da capital do Paraná. Na época, Curitiba possuía aproximadamente 80 mil habitantes e a população do Brasil não chegava a 30 milhões.

O país era essencialmente agrário e parte do seu território permanecia intacto. Entretanto, o momento era marcado pela pandemia da gripe espanhola, que no início daquele ano vitimara o presidente Rodrigues Alves, e por uma efervescência nacional provocada pela disputa eleitoral entre Epitácio Pessoa e Ruy Barbosa - da qual o primeiro saiu vencedor, em 13 de abril, sem sequer ter estado no país para fazer campanha ou votar (AGÊNCIA SENADO, 2019). No período, o retrato nacional se apresentava com severas limitações.

De acordo com a primeira edição da Gazeta do Povo, publicada em 3 de fevereiro de 1919, o país registrava índice de 70% de analfabetismo; padrão-ouro na economia, já que ainda não existia o Banco Central; sufrágio exclusivo para homens alfabetizados com mais de 21 anos, mediante a realização de votação não secreta; política do café-com-leite consumindo os escassos recursos públicos; alta carga tributária; nenhum retorno para o contribuinte; e uma máquina pública inchada e ineficiente (GAZETA DO POVO, 2019).

Em meio a esse contexto, o editorial de lançamento do periódico, escrito por Lins (1919), para além de tecer críticas à conjuntura nacional, informou ao leitor qual seria o perfil adotado pelo jornal. Para tanto, assinalou que destinava-se a defesa dos interesses gerais da sociedade e atuaria com um inquérito rigoroso sobre os “factos de nossa vida como povo [...] para que os cidadãos conheçam os conflitos em que se acham interessados; conheçam o desenrolar dos factos; assenhorem-se das realidades boas ou más [...] e possam [...] escolher a sua directriz” (LINS, 1919, n.p.).

Para o fundador, somente com a narração completa e verdadeira dos fatos é que as ideias e os sentimentos que constituem a soberania das massas populares pode se efetivar em governos democráticos. Imbuído desse entendimento, ele afirmou em seu texto que o jornal não atenderia a melindres pessoais ou interesses particulares, uma vez que era partícipe na compreensão de que o fato é de interesse coletivo e, por isso, deve ser publicado e analisado para que dele sejam retiradas utilidades.

Para ele, que posteriormente, por ocasião da Revolução de 1930, foi nomeado para os cargos de diretor da Instrução Pública e Procurador Regional da República, a intenção não pode ser perscrutada, mas o fato, que é a ação, sim - “desde que seus efeitos se nos estendam; não fiquem encerrados nos muros de qualquer cidadão, o facto é nosso [...] assiste-nos o direito de exame, de crítica, de combate [...] Isto é o que pretende fazer este jornal” (LINS, 1919, n.p.).

No editorial inaugural o fundador da Gazeta do Povo deixou claro que, em decorrência de um possível afastamento da população no que tange às questões governamentais, o momento era marcado pelo aumento exponencial dos custos do Estado sobre os cidadãos. De acordo com ele, as coisas públicas “dia a dia, augmentam as despesas; dia a dia crescem os impostos; dia a dia o fisco se torna mais exigente; e entretanto ninguém vê um só trabalho de interesse commum que corresponda aos sacrifícios exigidos dos contribuintes” (LINS, 1919, n.p.).

Para além da crítica propriamente dita, o texto expôs a linha norteadora da Gazeta do Povo e apontou um viés liberal-conservador. No que diz respeito à economia, por exemplo, a publicação criticou a falta de liberdade para atuação da indústria e do comércio na época, uma vez que a carga tributária se apresentava de forma onerosa para essas esferas. Sobre isso, Lins (1919) escreveu: “As indústrias estiolam-se ao rigor de tamanhos onus, e os commerciantes já temem os adiantamentos feitos á clientela sob a forma dos impostos pagos” (LINS, 1919, n.p.).

Após essa afirmação, ele justifica que o jornal surgiu para combater essas questões e contribuir para o melhoramento das condições “tão tristes neste momento, e que despertam tão sombrias cogitações quanto ao futuro” (LINS, 1919, n.p.). Para isso, porém, Lins (1919) destaca que a postura adotada será desapaixionada, calma e impessoal. Ademais, também afirma que a atuação do impresso será baseada em um propósito firme com foco na análise dos fatos.

Figura1 - Capa da 1ª edição do jornal Gazeta do Povo, em 1919

Este jornal, como já o declarou seu director em boletim profusamente distribuido, é um jornal imparcial.

Destinar-se á defesa dos interesses geraes da sociedade, a chamar a attenção de todos e de cada um para os assumptos que, directa, ou indirectamente, nos interessam.

O meio pelo qual pretende realisar o seu programma é um inquerito, tão rigoroso quanto possível dos factos de nossa vida como povo, expoz-os com felicidade, para que os cidadãos conheçam os conflictos em que se acham interessados; conheçam o desenrolar dos factos; asenhorem-se das realidades boas ou más de sua existencia, e possam, todos e cada um, escolher a sua directriz.

The image shows the front page of the newspaper 'GAZETA DO POVO' from February 3, 1919. The masthead includes the title 'GAZETA DO POVO' and 'DIARIO INDEPENDENTE'. Below the masthead, there is a table of contents with sections like 'Nossa rumo', 'Notas forenses', and 'A successão Presidencial'. The main article on the right is titled 'A successão Presidencial' and discusses the political situation in Brazil at the time.

Fonte: Elaborado pela autora com base na 1ª edição do jornal Gazeta do Povo.

Quando completou quatro anos, a Gazeta do Povo mudou para a Rua XV de Novembro. Para comemorar a data houve publicação de edição especial com o dobro de páginas e a veiculação de almanaque com notícias de esporte, atualidades, ilustrações e charadas. Quase três décadas depois, por ocasião da comemoração do seu 32º aniversário, o jornal se instalou no casarão histórico da Praça Carlos Gomes, onde permaneceu até 2017.



Figura 2 - Sede do jornal Gazeta do Povo entre os anos de 1951 e 2017



Foto: Albari Rosa/Gazeta do Povo | Foto: Gazeta do Povo

No início da década de 1960 a Gazeta do Povo foi comprada pelos advogados Cunha Pereira Filho (1926-2009) e Edmundo Lemanski (1926-2010) e passou por transformações estruturais que lhe permitiram a ampliação do número de exemplares em circulação. Em 1962 a reprodução passou a ser por meio de uma impressora rotativa *Marinoni*, cuja capacidade de impressão era de 12,8 mil jornais por hora. No período, a diagramação era em formato *standard* (600 mm x 750 mm), com seis páginas.

Sete anos depois, a era da fotocomposição foi iniciada e, não por acaso, o jornal adquiriu a impressora offset da *Rockwell Goss* modelo *Urbanite*, que imprimia 50 mil jornais *standard* de 32 páginas por hora. Em 12 de agosto de 1973, em virtude de ter comprado um deck de cores para a impressora, o jornal publicou sua primeira foto colorida, cujo personagem central era o então governador do estado do Paraná, Emílio Hoffmann Gomes - filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC).



Quatro meses depois, em alusão ao Dia das Crianças, a Gazeta do Povo apensou o primeiro exemplar da Gazetinha, seu suplemento infantil.

Figura 3 - Primeira foto colorida publicada no jornal Gazeta do Povo



Foto: Albari Rosa/Gazeta do Povo | Foto: Gazeta do Povo

No final da década, o jornal já contava com 56 páginas por edição e as editorias estavam bem definidas. Para atender a demanda, a Gazeta do Povo adquiriu mais três impressoras e uma dobradeira - o que lhe possibilitou adequação às novas regras da comunicação e, além do registro, análise dos acontecimentos. Três anos após completar 70 anos, em 1992, o periódico comprou a segunda impressora *Rockwell Goss* modelo *Urbanite* e expandiu sua capacidade de impressão para 200 mil exemplares por dia.

“Os investimentos em tecnologia permitiram mais versatilidade editorial, como a publicação de cadernos em formatos diferentes e mais cores” (GAZETA DO POVO, 2019, n.p.). A aquisição de novos equipamentos permitiu que o periódico se adequasse à nova realidade brasileira e, por vislumbrar um novo cenário comunicacional, quatro anos mais tarde a Gazeta do Povo foi o segundo jornal do Brasil a publicar seu conteúdo online. A partir daí, passou a investir em consultoria junto a profissionais da Universidade de Navarra, na Espanha, com o intuito de reformular seu conteúdo gráfico e editorial. O resultado foi a publicação de edições mais coloridas e com melhor disposição gráfica.

Em 1999 o jornal mudou de direção e a segunda geração dos Cunha Pereira e Lemanski passou a participar da gestão. A essa altura, no entanto, o periódico já havia conquistado espaço de relevância na internet e, no ano seguinte, começou a produzir conteúdo exclusivo para o ambiente virtual. No site, a Gazeta do Povo publicava vídeos, blogs com bastidores das reportagens, guias com informações, entre outros. Por esse motivo, inaugurou uma redação específica para produção de conteúdos para o ambiente online.

No mesmo período, a versão impressa passou por reformulações e, em 2002, foi exibida com a disposição de mais informações em menos espaço. Em 2006, o periódico decidiu pela unificação das redações do jornal impresso e do online. A proposta foi desenvolver uma nova metodologia de interação de conteúdos onde cada plataforma aproveitasse suas particularidades para oferecer ainda mais conteúdo para o público.

Na sequência, a partir de pesquisa junto aos leitores, a Gazeta do Povo passou por outra grande reforma gráfica e editorial. Dessa vez, as mudanças ficaram por conta da nova divisão dos conteúdos e do *design*, que agregou tipografias modernas. Após completar 90 anos, o periódico sofreu transformação no tamanho das letras, o que resultou em maior leveza e facilidade de leitura. Em 2015, a mudança foi mais radical e o jornal assumiu o formato *berliner* (315 mm x 470 mm).

Um ano depois, a Gazeta do Povo venceu o prêmio ÑH 2016 - considerado um dos mais importantes em *design* de jornais - na categoria capa de jornal do ano, tendo disputado com periódicos da Espanha, Portugal e América Latina. Dois anos mais tarde, o jornal impresso diário encerrou suas atividades e o foco da empresa

passou a ser o jornal digital, sobretudo no que se refere ao acesso a partir de dispositivos *mobiles*.

Após investimentos, o número de leitores cresceu 228% no ambiente virtual. Nesse momento, a redação da Gazeta do Povo deixou o casarão histórico da Praça Carlos Gomes e passou a operar no Edifício Aroeira, no bairro Tarumã. Cerca de um ano depois das mudanças, o periódico despontou como o mais lido do Brasil durante o mês das eleições de 2018, com 33,7 milhões de visitantes únicos, segundo o painel da *comScore MyMetrix*. A essa altura, é importante destacar, a Gazeta do Povo já havia disponibilizado em seu site as convicções editoriais que norteiam suas publicações. Os princípios foram publicizados em 2017 e republicados em 2019 - por ocasião do centenário do periódico.

O arsenal de pontos elencados pelo veículo deixa claro que o jornalismo praticado no âmbito da empresa é posicionado. Não militante, mas posicionado. Isso porque apesar de deixar demarcada sua posição é possível identificar que, principalmente no âmbito das colunas, o jornal agrega pensadores situados em espectros políticos divergentes, o que viabiliza ao leitor contato com uma gama de posicionamentos e lhe faculta ajustar os conteúdos aos seus valores antes de afinar uma opinião.

No que se refere à cobertura jornalística, é possível notar que, em linhas gerais, a informação é tratada pelo veículo como um conjunto de dados estruturados e organizados que precisam ser processados dentro do contexto. Decorre disso, talvez, o perceptível esforço em manter as pautas focadas na descrição dos fatos, conforme o valor-notícia<sup>8</sup> sugere. Nesse sentido, é identificável que as matérias publicadas pelo veículo apresentam o *lead*<sup>9</sup> jornalístico e obedecem a estrutura padrão da escrita noticiosa.

Contudo, segundo a diretora da unidade de jornais do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom)<sup>10</sup> - do qual a Gazeta do Povo faz parte - Ana Amélia Filizolla, a empresa tem como premissa o entendimento de que um veículo de comunicação não deve ter medo de expor as convicções de fundo com as quais

---

<sup>8</sup> Critérios de noticiabilidade de um determinado fato que são empregados, sobretudo, nas etapas de seleção e construção da matéria jornalística (Traquina, 2005).

<sup>9</sup> Primeiro parágrafo da notícia. Reúne as principais informações sobre o fato noticiado e responde às seguintes perguntas: O quê? Quem? Onde? Quando? Por que? (Traquina, 2005).

<sup>10</sup> O maior grupo de comunicação do Paraná e um dos maiores do Brasil é formado pelos jornais Gazeta do Povo e Tribuna, pelas rádios 98 FM e Mundo Livre FM (Curitiba e Maringá), pela unidade móvel de alta definição *HDView* e pela RPC e suas oito emissoras afiliadas à Rede Globo. Tem como premissa a valorização da família como a célula mais importante da sociedade.

trabalha. Segundo ela, por esse motivo o periódico publiciza, detalhadamente, cada um dos seus princípios no site institucional. Para Filizolla, não é possível existir um jornalismo que não revele um conjunto de crenças, que seja completamente neutro, asséptico, que não aborde uma visão de mundo.

O presidente executivo da entidade, Guilherme Doring Cunha Pereira, salvaguarda que informar ao leitor as premissas com as quais o jornal lida não o torna tendencioso porque todas as pessoas, inclusive os jornalistas, têm premissas, conscientes ou não. Para ele, um jornal deve estar claramente posicionado para que seus leitores saibam sob qual prisma sua produção caminha. Ele destaca, contudo, que tanto concordâncias como discordâncias devem ser respeitadas.

Nesse sentido, cabe lançar olhares sobre cada uma das convicções do periódico e, por ocasião da análise, confrontá-las com o *corpus* desta pesquisa. A primeira delas é ‘O poder da razão e do diálogo’, que é apresentada como uma oposição à ideia de verdade relativa. Nesse ponto, o jornal destaca que o ser humano pode atingir a verdade e compartilhá-la por meio de uma honesta disposição ao debate que respeita a inteligência do outro. A segunda, intitulada ‘A dignidade da pessoa humana’, defende que cada indivíduo, independentemente de qualquer outra característica inata ou comportamento que venha a adotar, tem uma dignidade intrínseca que não pode ser retirada pelo Estado, pela cultura ou pelo consenso social.

O ‘Alcance da noção de dignidade da pessoa humana’ aparece como terceira convicção e tem como cerne promover um ambiente de liberdade que compreende cada nova vida como um tesouro; defende o direito dos vistos como “inferiores”; combate a miséria, tanto a econômica, que retira as ferramentas para realização, “quanto a moral, que se manifesta na perda da noção do certo e do errado, levando a comportamentos degradantes como o uso de drogas, a pornografia, a prostituição, a mentira, a traição, o crime” (GAZETA DO POVO, 2017, n.p.). A ‘Defesa da vida desde a concepção’ é outro princípio que aparece no escopo de convicções do periódico, que faz questão de salvaguardar que, dentre os seres humanos cuja dignidade é mais aviltada, o nascituro é o mais indefeso e inocente.

Em seguida, emerge a ‘Ética e a vocação para a excelência’ como quinta convicção apresentada. Para o jornal, esta se firma na ideia de que todos os seres humanos podem desenvolver a virtude. Do mesmo modo, ‘O valor da família’ é louvado, posto que para a Gazeta do Povo é esse ambiente que fornece o primeiro

aprendizado do exercício das virtudes e, por isso, precisa de uma proteção especial da sociedade e do Estado. 'A importância do casamento' também está entre os princípios corroborados pelo veículo de mídia, que percebe o enlace como uma instituição natural e não como uma construção social.

Outrossim, 'A valorização da mulher' também aparece entre os elementos e, nesse âmbito, o jornal é enfático em afirmar que a equidade entre homens e mulheres é fator importante, mas que as diferenças entre os sexos não devem ser anuladas ou negadas. Outro ponto que aparece entre os juízos é 'A finalidade da sociedade e o bem comum', que para o jornal não se relaciona com a ideia utilitarista de "bem da maioria", nem tampouco com a riqueza econômica, mas com um estado de coisas que permite a cada indivíduo buscar o próprio desenvolvimento integral. A décima convicção é 'O princípio da subsidiariedade: menos estado e mais cidadão'. Por meio desta, a Gazeta do Povo defende que "o desenvolvimento pessoal e coletivo só é possível quando os cidadãos, individualmente ou organizados, têm sua liberdade e sua autonomia respeitadas, para agir de acordo com suas capacidades" (GAZETA DO POVO, 2017, n.p.).

Na sequência, o periódico aponta como mais uma de suas convicções 'Os responsáveis pelo bem comum' e refere que os principais protagonistas de uma comunidade são seus membros, individualmente ou formando grupos. Nesse sentido, salienta que o Estado tem papel subsidiário no que tange ao conjunto de condições que ajudam as pessoas a se desenvolverem integralmente, caso queiram, já que quanto mais iniciativas elas mesmas tiverem, mais provável é que se desenvolvam. Também está no rol a convicção denominada 'As empresas, sua finalidade e o bem comum', onde a Gazeta do Povo focaliza que, para além de atender a sociedade por meio do fornecimento de produtos ou serviços, as firmas funcionam como instrumento de desenvolvimento humano e profissional.

O jornal sublinha ainda entre suas convicções 'O valor da comunicação' e sobreleva que os veículos de comunicação têm papel fundamental na construção de uma sociedade livre, democrática e saudável, por meio de uma difusão humanística que permita aos cidadãos a efetivação de melhores escolhas. 'O valor da democracia' também é elencado, posto que para o periódico ela se apresenta como única forma de governo que respeita plenamente a dignidade humana e permite aos seus cidadãos desenvolver ao máximo as suas potencialidades. No mesmo escopo, aparece 'O Estado de Direito', onde a Gazeta do Povo avulta a importância da

Constituição, da separação dos poderes, dos direitos e garantias dos cidadãos como limite à atuação do Estado e de uns em relação aos outros.

A ‘Cultura democrática’ é outro princípio apresentado. Nesse sentido, o jornal aponta que a variedade cultural é fundamental para a construção de sociedades maduras. ‘A finalidade do Estado e do governo’ também marca as convicções expostas pelo veículo, o qual acredita que o poder público pode auxiliar a sociedade naquilo que ela vê como fundamental para a construção do bem comum. No entanto, o jornal também pontua que ‘Os limites da ação do Estado’ devem existir, sendo capitaneados pelo Estado de Direito e pelo respeito incondicional às liberdades e garantias individuais.

O jornal fecha a primeira dezena de suas convicções com ‘O que é o princípio da proporcionalidade’. Nesse quesito, pontua que eventuais limitações às liberdades dos cidadãos têm de ser exceções e devem ser rigorosamente justificadas. Por esse motivo, também consta entre os princípios o tópico ‘Proporcionalidade e liberdade profissional’, onde o periódico enfatiza que o Estado não deve impor limites à atividade profissional, salvo por meio de restrições ao exercício profissional em casos onde estão em jogo a vida, a saúde, a integridade física e a liberdade.

Na sequência, a Gazeta do Povo defende que o ‘O Estado laico’ é premissa básica do Estado de Direito e, por esse motivo, o “Estado não deve privilegiar nem coibir determinada religião em suas políticas públicas – mas deve, sim, garantir a liberdade religiosa e de culto, inclusive público” (GAZETA DO POVO, 2017, n.p.). O jornal acredita ainda que o fenômeno religioso é importante para a sociedade e, por isso, há necessidade de estabelecer corretamente os limites entre Estado e religião. Alerta, inclusive, que é perigoso confundir a laicidade<sup>11</sup>, que é saudável, com o laicismo<sup>12</sup>, que é perigoso porque viola as liberdades individuais e pode degenerar para a perseguição religiosa.

A ‘Legislação sobre o casamento’ também está pautada nas convicções do periódico, que alteia que, especificamente nesse tipo de relação humana, é legítima a regulação pelo poder público, uma vez que trata-se de uma união que inclui as mentes e os corpos dos esposos e tem como consequência a geração de filhos. Outro ponto abordado é a ‘Liberdade de expressão’, vista pelo jornal como

---

<sup>11</sup> Admite a influência ou presença religiosa nos indivíduos e nas instituições, públicas ou privadas, e defende que o Estado não assuma como própria uma só confissão.

<sup>12</sup> Rejeita a influência ou presença religiosa nos indivíduos e nas instituições, públicas ou privadas.

essencial para a democracia porque amplia os canais de participação política e, por meio dela, a comunidade torna públicas suas demandas e pode fiscalizar seus representantes.

Por meio da convicção ‘Livre iniciativa’ o jornal deixa claro que rejeita “a luta de classes marxista e a visão do empreendedor como vilão ganancioso” (GAZETA DO POVO, 2017, n.p.) e defende um ordenamento jurídico que facilite a atividade empresarial e a concorrência; um sistema tributário racional; e uma legislação trabalhista que proteja direitos enquanto respeita a liberdade de negociação. No mesmo ensejo, a Gazeta do Povo trata sobre ‘Ações afirmativas’ e reforça que, sob sua ótica, estas não podem ser encaradas como única maneira de resolver situações profundas de injustiça e hábitos arraigados, mas que devem ser efetuadas quando da dificuldade de conscientização e da mudança cultural a curto e médio prazo, sempre tendo em vista o princípio da proporcionalidade.

O ‘Fortalecimento do modelo federativo’ também está entre as convicções do periódico, que acredita que não faz sentido que governos locais - conhecedores dos problemas e das necessidades da comunidade, bem como das soluções que melhor se adequam às características daquela região - sejam sufocados por um governo federal regulador. No que concerne ao ‘Significado da representação política’, o jornal entende que o político tem que levar em conta os anseios de quem o elegeu, mas também precisa de liberdade e margem para buscar consensos e soluções com vistas ao bem comum.

A Gazeta do Povo se declara ainda favorável ao ‘Voto distrital misto’, item reportado em sua última convicção. Para o veículo, esse tipo de voto aproxima a população do parlamentar e, conseqüentemente, facilita a cobrança e a fiscalização daquele que foi escolhido nas urnas. Para além disso, o periódico acredita que pessoas comprometidas com causas e grupos que não teriam força suficiente para vencer uma eleição majoritária, mas cuja presença no Poder Legislativo também é importante, poderiam alçar ao posto.

Apensadas a essas convicções, o jornal considera que para o pleno desenvolvimento do Brasil, além de transformações estruturais no modelo institucional do governo e na economia, são necessárias mudanças no campo da cultura, o que inclui os valores da sociedade. Por isso, considera sete questões essenciais: 1) defesa de um Estado mais leve e ágil; 2) economia rica, competitiva e produtiva; 3) reconstrução da capacidade governamental de atender os mais frágeis;

4) aprofundamento da cultura democrática; 5) valorização da educação; 6) reconhecimento da família como pedra fundamental da formação ética dos indivíduos; 7) defesa da vida desde a concepção.

Postas essas questões, é importante situar a dinâmica do jornal Gazeta do Povo no cenário atual e registrar que, apesar de comandado pela terceira geração de editores - os já mencionados irmãos Guilherme Pereira e Ana Amélia Filizola - o periódico conta ainda com outros quatro membros da família, que aprovam e discutem cada passo ou investimento em reuniões mensais (GAZETA DO POVO, 2019).

Com a chegada da internet, que provocou quedas bruscas no nível de faturamento dos jornais, a Gazeta do Povo enfrentou movimentações atípicas e, de acordo com Filizola - que é jornalista de formação - foi continuada por conta da crença de que conteúdos jornalísticos de qualidade são cruciais para a sociedade e ajudam a melhorar vidas. “Parece loucura, e acho que todos os *publishers* sérios do mundo são meio loucos. Mas somos mordidos por uma crença de que o que fazemos melhora a vida da população” (GAZETA DO POVO, 2019, n.p.).

No que concerne à governança, por sua vez, desde 2002 os irmãos definiram regras para que familiares pleiteassem cargos de gestão. Após as mortes de Francisco Cunha Pereira e Edmundo Lemanski, em 2009 e 2010, respectivamente, eles optaram por institucionalizar o conselho de administração e criar um conselho consultivo com empresas de tecnologia e nomes de referência na comunicação e nos negócios. As mudanças requisitaram rearranjos societários e a adoção de um novo modelo de negócio digital, o que implicou na agregação das *startups* brasileiras Ebanx, Contabilizei e Cadê na cultura digital da empresa.

Além disso, com o intuito de viabilizar condições favoráveis acerca do destino do jornal, os *publishers* preparam sete acionistas da família, jovens de 13 a 29 anos, com cursos frequentes sobre gestão, negócios e comunicação. Segundo Pereira (apud GAZETA DO POVO, 2019, n.p.), “tudo é feito com o pé no chão, bem projetado e em consenso com a família. Temos a percepção de que estamos no caminho certo para tornar o negócio novamente sustentável”.

Todavia, para além da crença inabalável no jornal e na família, o presidente executivo do GRPCom deixa claro que também há um fundo religioso que o norteia. Membro da instituição católica Opus Dei, em entrevista à Gazeta do Povo, por ocasião da comemoração do centenário do periódico, ele afirmou que teve contato



com a fé ainda pequeno, quando seu pai o presenteou com um livro sobre a vida de São Francisco de Assis. Apesar dessa influência, e da evidente demarcação do perfil editorial da Gazeta do Povo, antes de emergir no ambiente virtual o tradicional jornal era identificado como regional, sendo “percebido pelo grande público – quando o acompanhava – como mais um entre tantos com predominância “progressista”” (CONSTANTINO, 2019, n.p.).

De acordo com o economista e colunista do periódico, Rodrigo Constantino, isso se deve ao fato de que os jornalistas que compunham a redação, trivialmente, eram oriundos das mesmas escolas dos que integravam outros veículos de comunicação, o que acarretava em um viés comum na imprensa nacional. Ou seja, apesar das demarcações que possuía no que tange ao espectro político e econômico, na prática a Gazeta do Povo era constituída, majoritariamente, por profissionais com vieses que distinguiam dos preconizados pela empresa.

Para Quintela (2019), esse tipo de fenômeno foi iniciado em 1964, quando o general Golbery do Couto e Silva, baseado na “Teoria da Panela de Pressão”<sup>13</sup>, decidiu providenciar uma válvula de escape para a esquerda brasileira. Segundo o autor, a partir daí foi iniciada a ocupação ideológica nas universidades e órgãos de imprensa e “as redações dos maiores jornais brasileiros foram, pouco a pouco, “eliminando” jornalistas e editores ideologicamente alinhados à direita em prol de seus pares alinhados à esquerda” (QUINTELA, 2019, n.p.), o que lançou por terra o equilíbrio que existia até a década de 1950, tanto na imprensa quanto na academia.

Talvez, por conta disso, em 2017 a Gazeta do Povo tenha decidido dar espaço para colunistas vinculados ao pensamento liberal-conservador. Nesse ínterim, também apostou em publicações com conteúdo que dispunham de pontos de vista alternativos e que, fatalmente, confrontavam o *establishment* e a hegemonia progressista que vigora no noticiário nacional. A publicação de suas diretrizes e valores - tal como mencionadas nos parágrafos anteriores - tornou pública a consideração do veículo ao legado da civilização ocidental.

A iniciativa, que foi pioneira no Brasil, pode ser considerada um ato de coragem e, provavelmente, signifique perspicuidade para com os leitores, os quais podem acessar e consumir o conteúdo tendo ciência das prerrogativas que

---

<sup>13</sup> O Governo Militar se ocupou de combater a guerrilha, mas não o comunismo na esfera cultural, social e moral, por entender que se fosse feita extrema pressão poderia haver um colapso.

delineiam o fazer jornalístico na empresa. Considerando que a produção intelectual, inevitavelmente, carrega - em maior ou menor grau - a visão de mundo do produtor, o gesto pode indicar que há na Gazeta do Povo a prática de um jornalismo posicionado.

Ademais, consoante tabela abaixo, é possível perceber que ao longo de sua trajetória o jornal se insere no debate público e, por vezes, mobiliza a sociedade em prol de causas consideradas legítimas por parte do GRPCom. Para Almeida, Kosvoski e Rocha (2016, p. 11), isso significa que “do seu programa, [o periódico] jamais se desapegou, tendo recebido gradativamente, melhoramentos de primeira ordem, até se transformar em potencial empresa jornalística”.

Tabela 3 - Discussões destacadas pela Gazeta do Povo

<b>Ano</b>	<b>Tema</b>	<b>Circunstância</b>
1962	Café	Debate sobre a vocação do estado para a agricultura.
1962 - 1970	Pobreza urbana	Coberturas sobre a qualidade das habitações e da vida dos habitantes.
1964	Direitos civis nos EUA	Cobertura nacional sobre o assunto.
1962 - 1990	Xisto betuminoso	Defesa da criação de uma política federal para extração e comercialização do xisto betuminoso em São Mateus do Sul.
1970 - 1981	Royalties de Itaipu	Cobrança de ação direta de políticos e administradores.
1990	Estado do Iguaçu	Campanha contra a criação de um novo estado brasileiro a partir das ideias do movimento separatista no sudoeste do Paraná.
1990	Fome	Conversa sobre a distribuição de comida

		e combate à miséria.
1998	Aeroporto Afonso Pena	Cobrança junto a governos e autoridades para que fossem comprados equipamentos para ajudar nos pousos e decolagens e construção de uma terceira pista.
1999	Universidade Federal do Paraná	Campanha para eleger a instituição como símbolo de Curitiba (PR).
2000	Fórum Futuro Paraná 10	Discussões de 11 temas fundamentais para o desenvolvimento do Paraná.
2010 - 2018	Voto consciente	Incentivar o leitor a se informar com mais responsabilidade antes de escolher seus representantes.
2011	Água	Mobilizar comunidades escolares sobre a importância da água e fomentar a preservação e recuperação do Rio Iguaçu.
2013	Política cidadã	Publicação de reportagens que mostravam bons exemplos de cidadãos que trabalhavam para a melhoria da cidade.
2013	Passeio público	Incentivo à reocupação do espaço público.
2017	Vale do pinhão	Promover a revitalização urbana na região dos bairros Rebouças e Prado Velho.
2018	Eleições 2018	Ampla cobertura do pleito nacional.
2019	Política nacional	Intensa veiculação de matérias

		relacionadas ao governo federal.
2020	Eleições municipais no Brasil	Panorama político-partidário.
2021	Eleições 2022	O cenário eleitoral, seus atores e as tendências para as eleições de 2022.

Fonte: Elaborada pela autora com base em informações disponibilizadas pela Gazeta do Povo.

Atualmente, 300 pessoas estão envolvidas com a publicação de aproximadamente 120 conteúdos diários no âmbito do jornal. Além dos jornalistas, existem profissionais responsáveis por apurar performances digitais nas mídias sociais e aperfeiçoar a indexação das matérias nos servidores da internet, o que facilita a localização via buscadores. No escopo do GRPCom, o número é ainda maior, posto que há um grupo dedicado aos materiais impressos que circulam aos finais de semana, como a versão semanal da Gazeta do Povo e as revistas Bom Gourmet, Haus e Viver Bem. O universo abarca também equipe composta por especialistas em tecnologia e desenvolvimento de sistemas. O quadro geral de funcionários, portanto, se configura conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 4 - Organização equipes da Gazeta do Povo

<b>Equipe</b>	<b>Atribuição</b>	<b>Funcionários</b>
Correspondentes de Brasília	Encalço das histórias que importam para a política regional e nacional.	06
Comercial de São Paulo	Responsável por fechar parcerias nacionais.	02
Serviços gerais	Responsável pelo café, limpeza e serviços gerais.	05
Clube Gazeta do Povo	Pensar as estratégias do clube de vantagens.	05

Vendas de assinatura externa	Cuida das assinaturas para empresas.	11
Operação comercial e publicidade	Responsável pela operação comercial, publicidade e pós venda.	22
Jurídico	Auxilia a redação nas questões legais	10
Haus	Cobre as áreas de design, decoração, paisagismo, arquitetura e patrimônio.	04
Consultor	Atua em inovação e práticas digitais.	01
Corporativo	Garante a organização do GRPCOM.	mais de 1,3 mil
Comercial	Responsável por vender soluções publicitárias para parceiros.	13
Paraná S.A	Trata sobre economia local.	02
Ideias, Justiça e Direito, Mundo e Educação (Ethos)	Responsável pelas coberturas das editoriais Mundo, Justiça e Educação.	07
Presidência	Tomada de decisões.	02
Viver Bem	Cobre a área de saúde e comportamento.	04
Política Paraná	Explora temas relacionados ao desenvolvimento e política estadual.	06
Esportes	Cobertura de esportes.	08
Edição web, estratégias digitais, mídias sociais e interatividade com o leitor	Time de engajamento, mídias sociais e estratégias digitais.	10

Gerentes do jornalismo	Jornalistas que lideram as equipes da redação.	04
Vídeo e fotografia	Repórteres fotográficos.	10
Negócios	Controla o orçamento.	10
Atendimento ao leitor	Cuida do relacionamento de suporte e atendimento aos assinantes.	18
Desenvolvimento de sistemas	Desenvolvem e otimizam sites e aplicativos.	23
Diretoria	Responsável pelas estratégias editoriais, de marketing e negócios.	03
Última Análise	Programa diário da Gazeta do Povo na web.	01
Sempre Família	Portal que se debruça sobre serviços e ideais da família.	04
Semanal impresso e edição das revistas	Produz e fecha as edições impressas semanais e das revistas Bom Gourmet, Haus e Viver Bem.	07
Economia	Cobertura dos grandes temas da economia.	05
República	Cobertura das questões políticas e econômicas do Brasil.	07
Curitiba	Responsável por cobrir a cidade de Curitiba.	07
Bom Gourmet	Se dedica a cobrir gastronomia.	05

Opinião	Elaborar os editoriais, reunir artigos e opiniões de especialistas e leitores sobre todos os temas em voga.	02
Infografia	Cria gráficos e ilustrações para organizar e destacar informações nas reportagens.	05
Guia Gazeta do Povo	Cobre onde ir e o que fazer em Curitiba (Editoria Cultural).	08
Marketing	Cuida da identidade das campanhas.	12
Inteligência de dados e performance	Orienta as melhores práticas para entendimento e relacionamento com os leitores.	07
Projetos especiais e branded content	Transformar a comunicação da marca em atração.	02

Fonte: Elaborada pela autora com base em informações disponibilizadas pela Gazeta do Povo.

Tendo em vista o exacerbado derretimento do modelo tradicional de negócio do jornalismo, por ocasião da ascensão da internet e da disponibilidade de acesso gratuito aos mais variados tipos de conteúdo, assim como outros jornais, a Gazeta do Povo recorreu às assinaturas digitais para recuperar a sustentabilidade do negócio. Para isso, passou a oferecer conteúdo exclusivo e inovações tecnológicas, tornando-se o primeiro grande *quality paper*<sup>14</sup> do Brasil a instalar filtro de geolocalização, permitindo que o leitor acesse *homes* personalizadas.

Além disso, o jornal adotou filtros de humor ao fim das reportagens, com a finalidade de entender a experiência dos usuários, e disponibilizou o leiturômetro, para informar ao assinante como tem ocorrido o seu consumo de informação. De acordo com o diretor de negócios e multiplataforma do periódico, Guilherme Vieira, as mudanças foram importantes porque até os anos 2000 a publicidade era responsável por 70% da receita do jornal e, com a rápida mudança no cenário, o

<sup>14</sup> Jornal que apresenta conteúdo jornalístico com linha editorial que privilegia política, economia, administração pública e cultura.

fluxo precisou ser invertido, configurando-se como 80% da receita calcada nas assinaturas e 20% nos anúncios (GAZETA DO POVO, 2019).

Em relação a editoria República, considerada para o desenvolvimento deste estudo, é importante registrar que estão compreendidas em seu escopo matérias jornalísticas que tratam sobre política nacional - no âmbito dos Três Poderes - e macroeconomia. Criada em abril de 2017, durante a transição do jornal da operação impressa para a digital, a editoria concentra esforços “na produção de conteúdos analíticos, explicativos e de contextualização das principais decisões políticas e econômicas do Brasil” (GONÇALVES, 2021, n.p.).

Coordenada pelo jornalista André Gonçalves, que além de editor é um dos responsáveis pela criação da editoria, a implementação da República ficou a cargo dos jornalistas Guido Orgis, André Gonçalves, Fernando Martins, Fernando Jasper, Sérgio Luís de Deus, Fernanda Trisotto, Kelli Kadanus e Evandro Éboli. Atualmente, Fernando Martins é o editor-responsável, ou seja, além de editar as reportagens, comanda uma equipe composta por quatro jornalistas que atuam em Brasília (DF). Ademais, o grupo conta ainda com Sérgio Luís de Deus, editor de fechamento e, portanto, responsável pela última versão do dia, e dois editores de notas curtas relativas ao noticiário factual.

De acordo com Gonçalves (2021), a República já nasceu com o intuito de ser o destaque do jornal e, por esse motivo, segue sendo a editoria responsável por dar a personalidade da cobertura política da Gazeta do Povo. “É dela que sai a maioria das manchetes do site. Ela cumpre um papel fundamental nas estratégias de audiência, assinaturas e fidelização de nossos assinantes” (GONÇALVES, 2021, n.p.).

No que tange ao reflexo da atual imbricação entre política e cristianismo no Brasil, Martins (2021) aponta que, apesar da República ser responsável pela cobertura de política, que é mais tradicional no jornalismo, eventualmente aborda assuntos de cunho religioso nas reportagens “porque muitas vezes são temas interdisciplinares e têm relação com outras discussões políticas. Ou seja, quando a religião e o cristianismo viram um tema político, nós tratamos em nossa editoria” (MARTINS, 2011, n.p.). O editor-responsável destaca ainda que, na divisão interna de assuntos do veículo, Vida e Cidadania é a editoria que trata, exclusivamente, sobre a agenda de costumes e, segundo ele, o faz “dentro dos princípios editoriais



da Gazeta do Povo, que tem elementos da visão cristã de mundo” (MARTNS, 2021, n.p.).

Talvez, por isso, o veículo tenha percebido como importante estratégia divulgar seu campo moral conservador e demarcar ideias liberais em áreas como a economia, por exemplo, em um período marcado por acentuada polarização política<sup>15</sup> no país. Em 2017, quando publicizou suas convicções, o Brasil já havia vivenciado o auge de uma efervescência iniciada em 2013. Pouco mais de um ano antes das eleições presidenciais de 2014, a nação foi palco de manifestações populares que reivindicavam o não aumento do preço da tarifa do transporte coletivo.

Mais tarde, somaram-se a esses atos uma série de protestos que reuniram outras bandeiras, tais como o combate à corrupção e o apoio a operação Lava Jato<sup>16</sup>. Nesse cenário, quase dois anos após conturbada eleição, a presidente reeleita, Dilma Rousseff (PT), sofreu processo de *impeachment* - em virtude de edição de decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional e atrasos nos repasses da União a bancos públicos para cobrir gastos dessas instituições com programas do governo.

Tendo em conta esse cenário, portanto, é perceptível que a Gazeta do Povo divulgou suas convicções de maneira contextualizada, posto que naquele período vultoso percentual de brasileiros passou a se mostrar favorável às prerrogativas inerentes a linha política que capitaneia características do conservadorismo e do liberalismo, simultaneamente. Não obstante, a postura combativa do jornal no que se refere às proposituras situadas à esquerda política também pode ser vista como uma estratégia, já que no momento o mencionado espectro político era percebido, massivamente, como protagonista em esquemas ilegais.

---

<sup>15</sup> Na configuração mundial a divisão política não é um fenômeno raro. Após a Segunda Guerra Mundial, diante do colapso da maioria dos países, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) iniciaram uma separação geopolítica pelo predomínio do regime capitalista ou socialista, respectivamente. As consequências da Guerra Fria foram conflitos e várias separações, entre elas a Guerra da Coréia, Guerra do Vietnã e a divisão da Alemanha em Ocidental (capitalismo) e Oriental (socialismo). No entanto, a polarização não se esgota aí. Por via das identificações políticas e partidárias, ou seja, através das preferências dos indivíduos e do ajuste que eles fazem de acordo com as posições políticas dos líderes dos partidos, o processo polarizador também pode ocorrer.

<sup>16</sup> Iniciada em março de 2014, é considerada uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como visto, o estudo apresenta características que requisitam o desenvolvimento de análise pautada no âmbito das pesquisas quantitativa e qualitativa. Isso porque o traço característico do objeto se alinha a aspectos de regularidade comprovável e de atributos da esfera da ação humana. Considerando que “toda quantidade que podemos observar é um evento histórico, um fato que não pode ser descrito integralmente sem que se especifique o tempo e o ponto geográfico” (VON MISES, 2014, p. 23), foram percorridas as seguintes etapas para desenvolvimento da investigação: 1) Esquadrinhamento do tema e do contexto; 2) Recolhimento do material a ser analisado; 3) Coleta de dados; 4) Análise de dados; 5) Redação final.

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo que, de acordo com Godoy (1995), inicialmente sofreu influência da busca da cientificidade e objetividade recorrendo a um enfoque quantitativo para fins descritivos, mas posteriormente agregou a análise de cunho qualitativo, através da interpretação dos dados. Nesse sentido, se apresentou como mecanismo propício para esta investigação, tanto por possuir a prerrogativa de reduzir a complexidade da coleção de textos por meio da classificação sistemática, quanto pela possibilidade de entendimento de características, estruturas e/ou modelos que estavam por trás das mensagens estudadas.

Dessa forma, não por acaso, Bauer (2002) aponta que por meio da análise de conteúdo é possível estabelecer ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais, ao passo que pode ser estabelecido processo de quantificação e, ao mesmo tempo, verificação de qualidades e distinções do objeto. Partindo desta premissa, esta pesquisa fez uso da metodologia para identificar a frequência de ocorrência do tema na editoria República do jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2018 e 2021 e para analisar questões relativas à temática a partir dos dados levantados.

Com o intuito de não descaracterizar o objeto, enquadrando-o em categorias genéricas que apenas servem para atestar a teoria, mas não para explicá-lo (MACHADO; VÉLEZ, 2007), em consonância com o que postula Bardin (2011), a metodologia foi empregada como um conjunto de técnicas de análise, não como um

método isolado. Dessa forma, a finalidade foi obter indicadores (quantitativos ou não) a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Além disso, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, entrevista individual e pesquisa documental. A primeira, conforme Stumpf (2005), pode ser identificada como o estabelecimento de bases, o que permite a adesão ou refutação de proposições teóricas para, então, potencializar arsenal propício ao reconhecimento de peculiaridades do objeto de estudo. Por esse motivo, foi requisitada para obtenção de informações e reunião de conjunto teórico que, vez por outra, se apresentou de forma dispersa nas mais distintas publicações. Ademais, a construção do quadro conceitual também foi atributo possibilitado pelo mecanismo.

No que diz respeito à entrevista individual, Gaskell (2002) aponta que trata-se de um mecanismo que permite, sobretudo nas pesquisas qualitativas no âmbito das Ciências Sociais, a descoberta de outras perspectivas sobre os fatos. Para ele, seu emprego propicia a introdução de esquemas interpretativos por parte do pesquisador e, conseqüentemente, uma melhor percepção do objeto. Nesse sentido, foi entendida como fundamental a aplicação da técnica junto ao coordenador e ao editor-responsável da editoria República do jornal Gazeta do Povo, André Gonçalves e Fernando Martins, respectivamente.

Já a pesquisa documental, que de acordo com Oliveira (2013) caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, o que compreende reportagens de jornais, por exemplo, foi de grande valia para a exploração do material referente às publicações da Gazeta do Povo. Segundo Cellard (2008), a técnica favorece a observação do processo de maturação de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros e, por isso, seu uso se mostrou pertinente para a empreitada.

A mídia, para além da ênfase atribuída ao factual, se apresenta como complexo favorável ao reconhecimento de processos relativos à dinâmica social. Nesse sentido, manifesta-se como um meio propício para prospectar, em diferentes momentos da história, aspectos relativos às ocorrências da sociedade. Assim, pesquisas centradas em publicações midiáticas favorecem a compreensão de contextos históricos e sociais. Ainda que, por vezes, suportes comunicacionais sejam questionados no que tange à categorização enquanto comprovação documental - sob o argumento de que apresentam relatos atrelados à subjetividade -

esses meios se caracterizam como importantes fontes devido à prática inerente de disponibilização do registro de fatos.

É importante ponderar ainda que a possibilidade de subjetividade textual não se restringe a documentos como reportagens e notícias, mas também se atrela a suportes como anuários, catálogos e obras literárias, ou mesmo àqueles que, comumente, são considerados imparciais, tais como relatórios, boletins e estatísticas. Sendo assim, o tratamento analítico adequado é o que se apresenta como diferencial em investigações voltadas à análise de documentos. Dessa forma, é imperativo que o pesquisador ultrapasse o limite da escrita a ser analisada e se permita compreender o texto, tendo sempre em vista os objetivos previamente definidos.

No contexto dos jornais, sem dúvida, o texto assume condição de documento ao ser publicado e disseminado. Isso porque a NBR 6023 (TÉCNICAS, 2000) considera que o documento se configura pela existência de qualquer suporte que contenha informação registrada, “formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova”, o que inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, além de imagens que não sofreram modificações. No mesmo sentido, de acordo com Cellard (2008, p. 296), o conceito de documento pode ser definido enquanto: “1- declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2- qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3- arquivo de dados gerado por processadores de texto”.

No que tange a investigação desenvolvida, é importante registrar que as informações contidas no jornal Gazeta do Povo, mais precisamente na editoria República, no período de 2018 a 2021, obedecem a tais prerrogativas e, portanto, foram utilizadas de forma a contribuir para elucidação da temática em voga. Para tanto, a menção, apesar de vultosa, não foi suficiente. Por isso, foram requisitados atributos relativos à interpretação e síntese de informações para permitir o apontamento de evidências e, sob a lógica da idoneidade, a apresentação de inferências.

Nesse sentido, foi primordial aplicar método científico específico no que tange ao recorte do *corpus* para que fossem sanadas possíveis lacunas durante a etapa analítica. Desse modo, no ato da coleta foi considerado o período de 1º de janeiro de 2018 a 14 de setembro de 2021, tendo sido observados componentes pertencentes

a editoria República que se inserem no gênero jornalístico notícia - definido por Van Dijk (1992) como detentor de estrutura global que obedece a priorização da disposição da informação mais importante logo no início do texto. Além disso, com base no referencial teórico, foram definidas palavras-chave para delimitação do *corpus* a ser investigado.

Com vistas a atender ao percurso metodológico traçado, bem como por compreender que nem todas as matérias inseridas na editoria República se relacionam com a dicotomia política - cristianismo, foi entendido como basilar refinar os dados. Para tanto, foram demarcados termos centrais de forma a precisar o espectro cristão e o universo político: 1) Grupo 01 (religião): Deus, religioso, cristão e evangélico; 2) Grupo 02 (política): conservador, bancada evangélica, bandeira e liberdade. A partir disso, através de investida que contou com comandos feitos diretamente na barra de pesquisa do Google, com o auxílio da ferramenta pesquisa avançada, na coleta inicial foram consideradas as notícias que apresentaram quaisquer um dos termos na manchete (título).

Após essa etapa, que considerou plural e singular, feminino e masculino das palavras-chave, foram identificadas 31 notícias, no universo de 400 matérias publicadas na editoria República no período de 1º de janeiro de 2018 a 14 de setembro de 2021, cujo teor da manchete continha um dos termos, o que corresponde a 7,5% do total de publicações, conforme disposto na tabela a seguir.

Tabela 5 - Palavras-chave (grupos)

GRUPOS	PALAVRA-CHAVE	NOTÍCIAS
<b>GRUPO 01 (Religião)</b>	Deus	03
	Religioso(s)	03
	Cristão(s)	02
	Evangélico(s)	08
<b>GRUPO 02 (Política)</b>	Conservador(s)/(a)	03
	Bancada evangélica	03
	Bandeira	03
	Liberdade	06

Fonte: Elaborada pela autora.

Sobressalta a identificação de que as referidas notícias estão concentradas em apenas dois dos anos considerados nesta pesquisa. Em 2020, aparecem nove publicações, o que corresponde a 2,25% do total de matérias. Já em 2021, foram veiculados 22 textos noticiosos (5,5%) que apresentaram os requisitos considerados neste estudo. Destes, para possibilitar uma investigação mais precisa acerca da temática e, conseqüentemente, atender aos objetivos da pesquisa, foram considerados aqueles que mantêm explícita relação com a dicotomia política - religião. Ou seja, que abordam a perspectiva política em associação com o cristianismo.

Por esse motivo, foi suprimida do *corpus* uma notícia compreendida no escopo do Grupo 2, mais precisamente no âmbito da palavra-chave 'conservador'. Isso porque na matéria<sup>17</sup> em questão a nomenclatura foi utilizada para adjetivar tratamento de saúde aplicado ao Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL), por ocasião de complicações gastrointestinais decorrentes de cirurgia realizada

<sup>17</sup> Bolsonaro vai ficar internado em tratamento "clínico conservador", diz hospital. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/república/bolsonaro-recebe-tratamento-clinico-conservador-exames-hospital/> Acesso em 15 de setembro de 2021.

em 2018<sup>18</sup>. A partir daí, considerando o quantitativo de 30 publicações que se enquadraram inicialmente no escopo, foi efetuado o crivo seguinte, que considerou a aparição simultânea de, pelo menos, duas das palavras-chave de cada grupo na mesma publicação, o que resultou em nove notícias, localizadas consoante tabela a seguir.

Tabela 6 - Termos-chave (grupos)

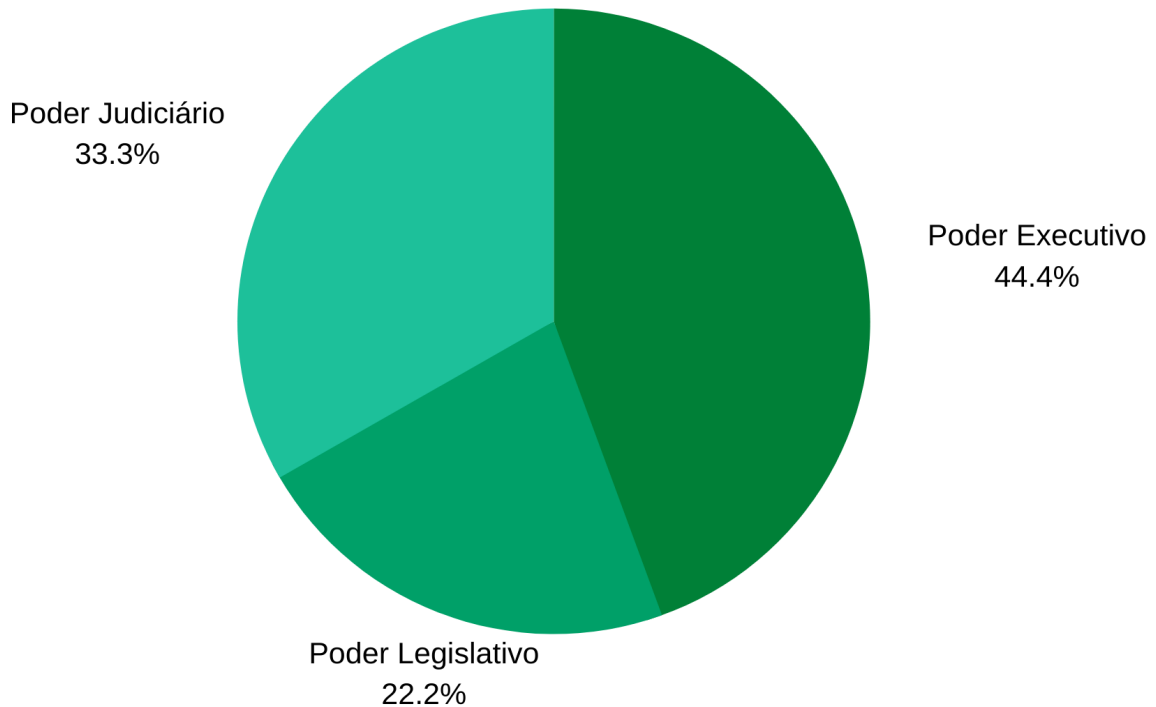
<b>GRUPOS</b>	<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>NOTÍCIAS</b>
<b>GRUPO 01 (Religião)</b>	Religioso(s)	01
	Evangélico(s)	05
<b>GRUPO 02 (Política)</b>	Conservador(s)/(a)	01
	Bancada evangélica	02

Fonte: Elaborada pela autora.

Ainda com a finalidade de garantir a precisão da análise, foi aplicada categorização com base em três agrupamentos: 1) Poder Executivo; 2) Poder Legislativo; 3) Poder Judiciário. O primeiro congregou publicações relacionadas, direta ou indiretamente, ao cargo de Presidente da República. O segundo, notícias associadas ao Congresso Nacional. O terceiro, por sua vez, aglutinou matérias ligadas ao contexto do Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, do quantitativo de publicações identificado a partir desse afunilamento obteve-se o seguinte resultado:

<sup>18</sup> A intervenção cirúrgica no então candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, foi realizada após atentado ocorrido em 06 de setembro de 2018, durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG).

Gráfico 1: Publicações por agrupamento



- Evangélicos rechaçam Lula e consolidam apoio a Bolsonaro para 2022  
 Eleições 2022: apoio dos evangélicos ainda será representativo em 2022?  
 Lula busca se aproximar de evangélicos, mas pastores resistem a assédio  
 Quem são e o que querem os evangélicos que vão participar das manifestações do dia 7
- Conservadores trabalham contra indicação de Kassio Nunes ao STF  
 STF: Indicação de Kassio Marques esfria ânimo de religiosos por 2ª vaga  
 Evangélicos que perderam disputa pelo STF apoiam André Mendonça
- Menos religião, mais governismo e críticas a Maia: por que a bancada evangélica apoia Lira?  
 Líder da bancada evangélica descarta *impeachment* e diz que "economia acesa" é prioridade

Fonte: Elaborado pela autora.

Feito isto, foi possível identificar que no agrupamento Poder Legislativo há menor incidência de matérias que tratam sobre a associação entre política e cristianismo e, quando há, massivamente, o foco está posto sobre a bancada evangélica e suas estratégias. No grupo Poder Judiciário, por sua vez, apesar de haver um número superior de publicações quando comparado ao grupo que engloba notícias relacionadas ao Congresso Nacional, é notório que todas tratam sobre indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF) e estabelecem uma relação entre o assunto e a ala evangélica.



No que tange a categoria Poder Executivo, contudo, há maior incidência de matérias e a dicotomia política - religião é evidenciada por meio de abordagens que colocam em cena atores políticos e eclesiásticos. Além disso, a partir das manchetes já pode ser verificado que há certa disputa pelos votos envolvidos por preceitos da fé cristã, o que impõe holofotes sobre os mecanismos utilizados pelos espectros políticos para manter relações com esse eixo. Por esse motivo, este último se configurou como *corpus* da pesquisa.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Tendo em vista o *corpus* da pesquisa, preliminarmente alguns aspectos chamam atenção, como, por exemplo, o fato de que todas as notícias localizadas no grupo tratam sobre as eleições de 2022. Outro ponto que merece destaque é que o conteúdo dos textos noticiosos, em maior ou menor grau, projeta a manutenção da polarização política na próxima disputa para Presidente da República. Também é possível observar que há referências à figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT); uma espécie de mapeamento do perfil dos professos do cristianismo que apoiam o atual governo; e a confirmação de votos desse grupo à Bolsonaro (PL) no pleito eleitoral de 2022.

A primeira matéria, intitulada “Evangélicos rechaçam Lula e consolidam apoio a Bolsonaro para 2022”, foi publicada em 25 de março de 2021 e em seu teor destaca que na última eleição - cujo segundo turno ocorreu em 28 de outubro de 2018 - o atual presidente obteve o apoio de quase 70% dos eleitores evangélicos. A notícia aborda que, segundo dados disponibilizados pelo instituto Inteligência, Pesquisa e Consultoria (IPEC)<sup>19</sup>, 40% do eleitorado protestante avalia o atual governo como “ótimo ou bom” e 27% o considera “ruim ou péssimo”.

Baseada na informação de que os evangélicos no Brasil correspondem a 30% da população, a matéria destaca ainda a ida de líderes religiosos das principais igrejas protestantes ao Palácio do Planalto no primeiro trimestre de 2021. Segundo o jornal, a intenção dos eclesiásticos era reforçar o apoio a Bolsonaro (PL) e sinalizar que a possibilidade de candidatura do ex-presidente Lula (PT) não é uma ameaça em relação ao adjutório. Entre os entrevistados mencionados na notícia estão o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), o líder da Frente Parlamentar Evangélica, deputado federal Cezinha de Madureira (PSD-SP), e o pastor e deputado federal, Marco Feliciano (Republicanos-SP).

Tendo em vista o recorte proposto por este estudo, foi entendido como pertinente levar em conta o teor das declarações dos entrevistados em todas as matérias. Nessa primeira, no que diz respeito à afirmação feita por Malafaia - pastor que em 2002 e 2006 apoiou a candidatura de Lula (PT) para o Executivo Federal -

---

<sup>19</sup> Realizada entre os dias 19 e 23 de fevereiro de 2021, com 2.002 pessoas entrevistadas em 143 municípios. A margem de erro é de dois pontos e o nível de confiança da pesquisa é de 95%.

fica explícito que, atualmente, há forte apelo no campo do protestantismo para rejeição ao petista, caso sua candidatura à Presidência se confirme para as próximas eleições. O líder eclesiástico afirmou: “O Lula não terá espaço com os evangélicos”. Segundo Silva (2017), um dos fatores que impulsiona esse tipo de recusa por parte de cristãos a candidatos situados à esquerda política é o receio de que os reordenamentos defendidos por ela subvertam valores morais.

No que se refere ao texto aspeado atribuído a Madureira (PSD-SP), a matéria explica que trata-se de trecho de entrevista concedida pelo deputado ao sítio *web* jornalístico O Antagonista: “Nunca tivemos um governo que começa e termina o dia falando em Deus. É um pouco difícil falar qualquer coisa contra esse governo. O Lula já começou declarando que é contra evangélico, que é contra a igreja”. Por meio da afirmação do parlamentar é verificável destacar a tônica polarizadora potencializada a partir de comparação que eleva o político afeito aos princípios cristãos em detrimento do que se posiciona avesso aos mesmos valores.

Nesse sentido, cabe recorrer a Silva (2017) e tratar sobre a visibilidade da incursão religiosa na política no âmbito da Câmara dos Deputados. Para o autor, valorizar comportamentos que associam fé e política é uma tendência na Casa. Segundo ele, para além da ampla atuação da bancada evangélica, isso ficou claro em 2016, quando por ocasião do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) a maioria dos parlamentares justificou o voto com base em Deus, na igreja e na família cristã.

Na sequência, a notícia apensa a informação de que no primeiro discurso após recuperar os direitos políticos - que haviam sido perdidos por ocasião de condenações pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da operação Lava Jato - Lula (PT) se reportou às igrejas dando palpite sobre qual seria o papel e a dinâmica das instituições eclesiásticas no contexto atual. Como contra-argumento à declaração do petista, o jornal registrou resposta emitida através das mídias sociais digitais pelo deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), integrante da Frente Parlamentar Evangélica: "Lava a boca pra falar da igreja, cachaceiro!!!".

Sob a perspectiva de Machado (2012), desde as eleições de 2006 esse tipo de investida pode ser notada, uma vez que políticos adeptos do cristianismo e, portanto, não situados à esquerda, têm como premissa combater posicionamentos que antagonizam com preceitos da fé cristã. Apesar disso, Bohn (2007) aponta que até aquele ano a variável religião não teve qualquer poder explicativo sobre o

resultado da disputa eleitoral em razão de católicos e protestantes apresentarem significativas divergências de opinião, inclusive internamente.

No entanto, Machado (2012) registra que, posteriormente, em 2010, houve uma união entre católicos conservadores e evangélicos conservadores. O objetivo, segundo ele, era criticar, sobretudo, a posição favorável à descriminalização do aborto por parte de políticos aderentes à agenda da esquerda. Todavia, o autor sublinha que o mecanismo não foi obstáculo para que seis em cada dez evangélicos apoiassem a reeleição de Lula (PT), em 2006, e, em seguida, a primeira eleição de Dilma Rousseff (PT), em 2010.

Em 2014, Cunha (2019) afirma que foi mantido o padrão de influência dos grupos conservadores na campanha eleitoral, de forma que os discursos se mantiveram dentro do ideário da moral cristã e de princípios caros ao liberalismo na economia. Consoante a autora, isso provocou uma redução no apoio dos cristãos à candidata à reeleição pelo PT, o que pode ser confirmado através de pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (DATAFOLHA apud GAZETA DO POVO, 2021)<sup>20</sup>, que mostrou que a petista contou com apenas 30% dos votos do nicho, enquanto seu oponente, Aécio Neves (PSDB), registrou o dobro do percentual.

Na disputa presidencial de 2018, porém, o voto cristão demonstrou estar solidificado em convicções de fé, tanto no âmbito do catolicismo como no do protestantismo. À vista disso, portanto, não por acaso o então candidato Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL) à época - e que posicionou sua candidatura em defesa de bandeiras como a família nuclear, pró-pátria, contra o aborto e a ideologia de gênero<sup>21</sup> - obteve 66% da preferência

---

<sup>20</sup> O Datafolha ouviu 2.879 eleitores nos dias 8 e 9 de outubro de 2014. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

<sup>21</sup> De acordo com Junqueira (2017), a associação entre as duas palavras foi registrada pela primeira vez em 1998, por ocasião de um documento eclesial emitido durante a Conferência Episcopal do Peru. Dois anos mais tarde, a expressão foi destacada pelo Conselho Pontifício para a Família em um documento da Cúria Romana intitulado "Família, Matrimônio e Uniões de fato". Posteriormente, em 2003, a Igreja Católica lançou o "Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas". A partir de então, a Instituição fixou posicionamento em relação à educação sexual e seus limites no âmbito escolar. Em 2019, o Estado da Cidade do Vaticano publicou documento destacando que a "ideologia de gênero" apresenta um "conceito confuso de liberdade que busca aniquilar a natureza humana na forma como ela é, de fato". Redigido pelo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé Católica, cardeal Giuseppe Versaldi, o documento afirma ainda que em muitas ocasiões foram propostos caminhos educacionais que transmitem uma concepção da pessoa e da vida supostamente neutra, mas que, na realidade, são reflexos de uma antropologia contrária à fé e à justa razão. No Brasil, entre os protestantes o termo apareceu em documento oficial há quatro anos, através da Ordem dos Pastores Batistas (OPBB). Intitulado "Declaração sobre homossexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, uniões homo e poliafetivas", o escrito reivindica o direito das igrejas cristãs se posicionarem de forma bíblica sobre tais questões. A declaração critica a "interpretação impositiva que busca cercar a liberdade de consciência e expressão e a inserção de

desta parcela do eleitorado, enquanto seu principal oponente, Fernando Haddad (PT), registrou apenas 24% dos votos entre os cristãos<sup>22</sup> (IBOPE apud GAZETA DO POVO, 2021).

Nessa perspectiva, a notícia salienta que para manter a preferência entre os evangélicos ao longo do seu governo o atual líder do Executivo Federal tem se posicionado em defesa das pautas conservadoras de forma constante. Com vistas a fundamentar esse entendimento, a matéria da Gazeta do Povo lança mão de trecho de entrevista concedida por Feliciano (Republicanos-SP) ao jornal Folha de S. Paulo: “Os evangélicos estarão com Bolsonaro, pois estamos certos de três coisas: a pauta de perversão dos costumes continuará paralisada, teremos um ministro evangélico no Supremo Tribunal Federal e a embaixada brasileira estará em Jerusalém”.

Sendo assim, cabe considerar cada um dos fatores elencados pelo deputado e correlacioná-los com a temática deste estudo, bem como com as convicções do periódico em evidência. O primeiro deles, referente a paralisação da pauta de deformidade dos costumes, remete a obstrução dos impulsos políticos no que concerne a aprovação de medidas que podem colocar sob alvo valores centrais dos dogmas cristãos. Por esse motivo, nessa seara tendem a ser postos em voga esforços para inviabilizar a legalização do aborto, a liberação do uso de drogas, a desconfiguração da família nuclear e a abordagem de distorções relacionadas as diferenças existentes entre os sexos masculino e feminino na escola.

De acordo com Mariano e Gerardi (2019), isso ocorre porque a defesa da família e da vida é objeto central da maioria cristã. Não obstante, segundo os autores, no seio cristão há a premissa de que se deve lutar para manter o ordenamento jurídico em consonância com os princípios do cristianismo e, talvez por isso, na declaração de Feliciano (Republicanos-SP) conste como fundamental a representatividade desses preceitos no STF através de um ministro, com a

---

terminologia e conceituação estranha aos códigos legais da nação”, (2017, p. 2). A comissão finaliza o documento afirmando que “ainda que tribunais estejam tomando decisões fundamentadas na hermenêutica jurídica ampliativa ao recepcionar a ideologia e a cultura que se tenta implantar e não a letra da Constituição Federal e do Código Civil, entendemos que os argumentos ideológicos de gênero não possuem respaldo nesses instrumentos legais e nem na concepção divina para a criação, conforme temos nas narrativas da Bíblia que seguimos como fonte de verdade”. Tais posicionamentos, portanto, se configuram como respostas aos chamados “estudos de gênero” que, sob a perspectiva do cristianismo, desrespeitam as diferenças biológicas entre homem e mulher em nome de uma suposta promoção da igualdade entre os sexos.

<sup>22</sup> O IBOPE ouviu 2.506 pessoas entre os dias 13 e 14 de outubro de 2018. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

finalidade de frear o avanço das ideias combatidas pelos adeptos da fé cristã e evitar a criminalização de suas convicções.

Arguelhes e Hartmann (2014), contudo, salientam que isso ocorre em razão da judicialização da política, que se materializa por meio de uma crescente participação judicial, em especial da Suprema Corte, em questões relativas à esfera de atuação dos poderes eleitos. Dito de outro modo, para além das discussões relativas à violação da separação dos poderes - já que, por vias outras, atualmente o Supremo tem legislado ao decidir sobre temáticas que caberiam ao Parlamento (ativismo judicial) - o segundo ponto elencado pelo deputado encontra guarida ainda na percepção de que, apesar de ser um órgão colegiado, atualmente a atuação monocrática de seus membros tem crescido (ARGUELHES; HARTMANN, 2014).

Conforme Lima (2020, p. 49), “nota-se que a monocratização das decisões do STF tem sido utilizada, por vezes, de maneira estratégica, para que assuntos que sejam do interesse do Ministro votar, ou deixar de votar, corram no tempo de seu interesse”. Talvez, por isso, nos últimos tempos tenha havido aparente intensificação de interesse por parte dos profetas do cristianismo em empreender esforços no sentido de influenciar em aspectos da estrutura jurídico-normativa do Estado, já que antes tinham como cerne apenas as cadeiras do Legislativo Federal (PIERUCCI, 1989).

O terceiro ponto mencionado por Feliciano (Republicanos) dialoga com o anseio pela manutenção de crenças políticas e sociais pautadas no conservadorismo, visto que uma embaixada em Israel remete, simbolicamente, à aliança entre o governo brasileiro e o Estado de Israel no sentido de reconhecimento daquele território como, efetivamente, pertencente ao povo judeu. Segundo Zimmer (2021), os discursos dos deputados e pastores fomentam uma identidade internacional que inclui Brasil e Israel no mesmo bloco tendo como base a civilização judaico-cristã porque, para eles, Israel é o alicerce da sociedade e o berço do cristianismo.

Nesse ínterim, cabe arrazoar que algumas das premissas da Gazeta do Povo estão em consonância com os princípios cristãos mencionados pelo deputado. O veículo, por exemplo, valida a ideia de que a família é o ambiente que fornece o primeiro aprendizado do exercício das virtudes e salvaguarda que a vida é iniciada na concepção, sendo o nascituro o mais indefeso e inocente dos seres humanos. Também expõe que compreende o casamento como uma instituição natural e não

como uma construção social. No que tange à separação dos poderes, avulta a importância da manutenção do Estado de Direito, que tem como prerrogativa o cumprimento da Constituição.

Ao abrir outro intertítulo (“Perdão bilionário às igrejas”), a publicação analisada faz menção ao veto presidencial ao Projeto de Lei (PL) nº. 1581/2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de setembro de 2020. Trata-se de propositura que aborda sobre a isenção das igrejas em relação ao pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e das multas por não quitação do tributo junto à Receita Federal. Segundo a notícia veiculada pela Gazeta do Povo, o ato presidencial foi justificado pela observância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)<sup>23</sup>. A matéria aponta que, por esse motivo, Bolsonaro (PL) sugeriu ao Congresso que derrubasse a suspensão.

A decisão foi anulada pelos congressistas em 17 de março de 2021. Na Câmara, dos 513 deputados, 439 votaram a favor da derrubada. Já no Senado, onde seriam necessários 41 votos, 73 dos 81 senadores foram favoráveis. De acordo com a matéria, o entendimento dos parlamentares é que a Constituição - no artigo 150, inciso VI, alínea b - determina ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto. A decisão, portanto, estaria amparada na percepção de que o mencionado projeto de lei não trata da tributação ou de perdão de dívidas de pessoas físicas relacionadas às igrejas, nem perdoa fraudes porventura existentes, mas regula a imunidade já garantida pela Carta Magna e alcança todas as denominações religiosas.

Sob essa lógica, a derrubada do veto retira dos templos de qualquer culto a caracterização de contribuinte para evitar a tributação sobre atividades acessórias, como as ações sociais. Ao recorrer às premissas da Gazeta do Povo é possível identificar que, ao menos em seu rol de convicções, o jornal coaduna com decisões nesse sentido, haja vista que percebe como finalidade do Estado e do governo o auxílio a sociedade naquilo que ela vê como fundamental para a construção do bem comum.

Considerando que a decisão abarca instituições religiosas de forma plural, é possível mencionar ainda o quesito representação política, presente entre as

---

<sup>23</sup> Lei Complementar nº 101, que visa impor o controle dos gastos da União, estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos.

crenças norteadoras do veículo de comunicação. Por meio deste, a Gazeta do Povo entende que o político tem de levar em conta os anseios de quem o elegeu, mas também precisa de liberdade e margem para buscar consensos e soluções com vistas ao bem comum. Nesse ponto, cabe elencar também lógica presente na convicção intitulada O Estado laico, onde o jornal registra que o Estado deve tratar as religiões de forma igualitária, principalmente em relação às políticas públicas, admitindo suas influências nos indivíduos e nas instituições, sem assumir como própria uma só confissão.

A segunda notícia compreendida no *corpus* de análise tem por título “Eleições 2022: apoio dos evangélicos ainda será representativo em 2022?”. Veiculada em 12 de abril de 2021, trata-se de uma espécie de chamada do e-book Dossiê 2022, lançado pela Gazeta do Povo este ano. O projeto promete entregar aos leitores informações referentes ao xadrez político das próximas eleições presidenciais e, por certo, é o tipo de material que o veículo enquadra no valor da comunicação, que sob a perspectiva da empresa se firma na lógica de que os veículos de imprensa têm papel fundamental na difusão humanística que permite aos cidadãos a efetivação de melhores escolhas.

A matéria, que é diferente das demais analisadas por não seguir à risca as coordenadas para elaboração de texto noticioso, registra algumas das opiniões de especialistas de distintos espectros políticos quando no ato de respondência de perguntas feitas por profissionais da imprensa sobre os fatores que vão influenciar o voto do brasileiro e como será o ambiente das eleições em 2022. Após o lead<sup>24</sup>, são apresentados os questionamentos que norteiam a publicação: “O apoio dos evangélicos foi fundamental nas eleições de 2018. Ele ainda será representativo em 2022? Este apoio aponta para qual caminho?”.

O primeiro a emitir parecer é o teólogo público e cientista da religião, Guilherme de Carvalho. Segundo ele, embora tenham posições conservadoras no campo que se convencionou chamar de costumes, as sensibilidades do eleitorado evangélico brasileiro no campo das políticas sociais e meio ambiente são de centro ou centro-esquerda. Carvalho acrescentou que as políticas de sexualidade e reprodução foram os fatores que empurraram o voto cristão para a direita nos

---

<sup>24</sup> O conceito foi cunhado no final do século XIX, nos Estados Unidos, e estabelece que o primeiro parágrafo do texto jornalístico deve relatar, de forma sintética, os fatos mais importantes da notícia.



últimos pleitos, uma vez que esse contingente tende a ser conservador nessas áreas.

Outro elemento importante que emerge na resposta do cientista é que, para o eleitor cristão, “diante de um dilema com evidência ambígua, a posição moral é o fiel da balança e desempata o jogo” (CARVALHO apud GAZETA DO POVO, 2021, n.p). Ou seja, ele considera que a agenda moral é posta no centro pelos professos do cristianismo e, em razão disso, há adesão do grupo a lideranças políticas que sejam explicitamente contrárias às ideias da esquerda. Para ele, o voto cristão é conquistado a partir de três agendas específicas: costumes (pró-família, pró-vida), meio ambiente e luta anticorrupção. Por esse motivo, para Carvalho, “sem grandes mudanças a esquerda não pode, hoje, convencer os evangélicos. O que ela pode fazer é escolher entre perder muito ou perder pouco” (CARVALHO apud GAZETA DO POVO, 2021, n.p).

Nesse sentido, cabe recorrer a Bobbio (1994) e pontuar que a direita política tem entre seus ideais o individualismo, a privatização, a valorização do que é tradicional, o incentivo ao que é heróico, a luta pela segurança nacional, o anticomunismo, entre outras coisas, e, talvez por isso, o olhar dos cristãos para questões políticas cruciais tenha passado a considerar esses aspectos com mais ênfase no Brasil. Prova disso é o aumento exponencial da bancada evangélica nos últimos anos e a eleição de Bolsonaro (PL) - candidato declaradamente afeito aos valores do cristianismo.

Já para o escritor Carlos Ramallete, outro especialista mencionado na matéria, os protestantes se configuram como uma base de apoio orgânica de Bolsonaro (PL), já que têm em comum com o presidente grande parcela de concepções. Entretanto, ele aponta que tendo em vista que agrupamentos políticos puramente ideológicos tendem a se desfazer nestes tempos e que os apoiadores do líder do Executivo Federal não percebem a política como ideologia, mas são partícipes de diferentes subcategorias (protestantes, conservadores, saudosistas dos governos militares, entre outras), a aprovação pessoal da persona pública do presidente é fator de centralidade.

Nesse ponto, pode ser mencionado como medular o posicionamento apresentado por Bolsonaro (PL) - inclusive quando na condição de candidato - no que se refere a promessa de promoção da restauração da ordem moral e social tradicional em um país governado por mais de uma década por partido situado à

esquerda no espectro político-partidário. Consoante Bohn (2004, p. 312), essa percepção tende a ser ainda mais evidenciada a partir da leitura de que os cristãos formam “parte da base social da “nova direita”, já que adicionam valores tradicionalistas referentes à família e à sexualidade aos pilares usualmente associados a posições direitistas”.

Assim sendo, baseado no Censo de 2010 (IBGE, 2010), que apontou que nos 10 anos anteriores a população evangélica cresceu mais de 60% e deve ultrapassar os católicos em 2032, bem como tendo em conta o projeto político e midiático de parte das igrejas, o administrador e mestre em políticas públicas, Paulo Loiola, aposta que o peso da religião na tomada de decisão de políticas públicas tende a aumentar. Para ele, que figura entre os respondentes das perguntas que norteiam a matéria abordada, no pleito federal a tendência é que o conservadorismo leve a maior parte dos votos evangélicos. “Não vejo perspectiva de candidatos da esquerda conseguirem parte significativa desses votos em 2022” (LOIOLA apud GAZETA DO POVO, 2021, n.p).

Nesse âmbito, é salutar pontuar que a presença do cristianismo nos poderes da República - sobretudo no Legislativo e no Executivo - se alicerça em critérios relacionados à meritocracia, já que o esforço próprio é valorizado e incentivado religiosamente, enquanto que políticas de transferência de renda são criticadas. No Brasil, segundo Almeida (2017), ainda pode ser apensada a essa perspectiva o apoio dos cristãos à agenda liberal, no que tange a política institucional, e a ideia de moralidade pública, que no país encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida.

Perceptivelmente, cada um desses pontos são elevados pela Gazeta do Povo quando se trata de suas convicções, posto que o veículo arvora entre suas crenças o princípio da subsidiariedade, ou seja, defende menos Estado e mais cidadão; é a favor de um ordenamento jurídico que facilite a atividade empresarial e a concorrência; e acredita ser fundamental a existência de um sistema tributário racional e uma legislação trabalhista que proteja direitos enquanto respeita a liberdade de negociação.

Ainda sobre o texto noticioso, que registra por meio das declarações de especialistas algumas das subdivisões existentes no âmbito do cristianismo, sobretudo entre os protestantes, é importante mencionar a contribuição do doutor em Antropologia, Flávio Gordon. Sob a visão do estudioso, o neopentecostalismo é

uma força política que, no Brasil, tende a se perpetuar e da qual Bolsonaro (PL) dispõe no momento. Sobre isso, Pierucci (1987) afirma que trata-se de um fortalecimento que foi iniciado em 1986, por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e perdurou de forma a agregar o conservadorismo religioso à política nacional: “um conservadorismo ativo e não apenas reativo destinado à manutenção do *status quo* tradicional” (ALMEIDA, 2017, p. 18).

No mesmo sentido, para Tadvald (2015), na atualidade o *ethos* cristão conservador não revelou seu crescimento, mas, antes, a sua exposição. Para ele, “não é possível meramente considerarmos que, mediante a ascensão de certos grupos sociais, nossa sociedade tem se tornado mais conservadora, mas, na realidade, constatarmos que ela nunca deixou de sê-lo” (TADVALD, 2015, p. 270). Ou seja, se havia certa condescendência com a imposição do silêncio sobre certas pautas por parte da comunidade cristã, nos últimos anos ela foi posta por terra e, mais do que isso, abriu espaço nas mais diversas frentes para a ocorrência de debates e, porque não dizer, combates.

Conforme Torres (1968, p. 01), o conservadorismo pode ser definido como “uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro”. Segundo ele, a referida filosofia social não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido da continuidade histórica. Ou seja, o conservador acredita que são impraticáveis as reformas que desrespeitam as condições preexistentes.

Ainda consoante o autor, o conservador reconhece o tempo e, portanto, “não nega o passado, como o progressista – os tempos pretéritos não foram trevosos nem ignorantes. Não nega o futuro, como os reacionários: o dia de amanhã poderá trazer grandes alegrias se soubermos trabalhar” (TORRES, 1968, p. 03). Ele aponta que sob a visão do conservadorismo somente as reformas feitas em obediência ao princípio da continuidade conduzirão a resultados positivos, enquanto as inspiradas no espírito de descontinuidade e ruptura terminarão em desastres irreparáveis.

Do mesmo modo, Garschagen (2016) afirma que o genuíno conservador age profundamente vinculado à realidade concreta construída pela interação dos indivíduos dentro das distintas comunidades que compõem a sociedade e, por isso, além de estar alicerçado no amor e na preservação da verdade, valores, princípios e virtudes que foram legados por indivíduos de gerações anteriores, é imbuído pela

tarefa de reformar ou eliminar aspectos negativos que sobreviveram aos testes dos tempos.

Segundo o autor, o conservador acredita que a vida e a realidade não podem ser reduzidas nem submetidas às ideologias políticas e que a prática política não deve estar desvinculada de valores e princípios. O cientista político acrescenta ainda que, apesar de considerar a liberdade um dos elementos fundamentais, o conservadorismo defende que esta deve estar vinculada ao sentido de dever, obrigação e responsabilidade. Ele afirma também que lutar contra a estatização da vida em sociedade e cultivar a ordem interior, espiritual, social e política são elementos que estão no escopo dessa filosofia social.

Nesse âmbito, a notícia da Gazeta registra ainda entrevista com o presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião, Thiago Rafael Vieira, que trata sobre a predominância do pensamento conservador no meio cristão. Para ele, apesar de pequeno grupo de lideranças cristãs de esquerda ter entrado com pedido de *impeachment* do atual presidente, em 26 de janeiro de 2021, suas denominações se mantiveram silenciadas e inúmeras entidades cristãs<sup>25</sup> se posicionaram contrárias à petição. Por esse motivo, Vieira acredita que o apoio de grande quantitativo de cristãos, não apenas evangélicos, segue intacto, ou pelo menos na porcentagem quase que integral, em relação ao líder do Executivo Federal.

A esse tipo de fenômeno Casanova (2006) atribui a estreita ligação entre o religioso e o secular. Para o pensador, trata-se de uma espécie de religião pública, posto que há a irrupção da atuação da religião como um ator na esfera pública. Nesse âmbito, contudo, é importante considerar que a despeito de seu explícito conservadorismo moral e social, essa força religiosa cultiva a concepção de Estado e de política republicana. Confirma isso sua atuação a partir de partidos políticos, formação de alianças e bancadas e a participação em comissões parlamentares (CASANOVA, 2006).

A terceira publicação considerada para análise (“Lula busca se aproximar de evangélicos, mas pastores resistem a assédio”) foi publicizada em 28 de maio de 2021 e coloca holofotes sobre a tentativa de aproximação do ex-presidente Lula (PT) com os segmentos evangélicos. De acordo com o texto, o objetivo do petista é

---

<sup>25</sup> Convenção Batista Brasileira, Convenção Batista Reformada do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil, Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, Confederação dos Conselhos De Pastores do Brasil, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, entre outras.

neutralizar o apoio do setor religioso ao presidente Bolsonaro (PL). A iniciativa, segundo a publicação, foi acelerada após a divulgação de levantamento realizado pelo Datafolha<sup>26</sup> (DATAFOLHA apud GAZETA DO POVO, 2021), que identificou empate técnico entre os dois políticos no âmbito do eleitorado evangélico que, segundo a pesquisa, corresponde a 31% dos votantes no Brasil.

A matéria expõe que o petista está com articulações focadas no estado do Rio de Janeiro por considerar que o atual chefe do Executivo e líderes evangélicos com assento no Congresso exercem grande influência na localidade. A publicação informa ainda que a responsável pelo estratagema de Lula (PT) na região é a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) - única integrante petista da Frente Parlamentar Evangélica. A ideia, de acordo com a notícia, é que o possível candidato se dirija, essencialmente, a fiéis e pastores de igrejas independentes. Para isso, foram criados núcleos evangélicos nos diretórios estaduais do partido, que passou a investir na cooptação de lideranças protestantes para seu reduto. Apesar disso, a notícia destaca que Lula (PT) não abordará durante a campanha temas como descriminalização do aborto e das drogas.

Segundo Telles (2016), a principal diferença entre direita e esquerda reside na ação individual e na escolha voluntária, destacadas pela direita; e na ação coletiva, preferida pela esquerda. Logo, os temas centrais que marcam as diferenças entre os dois pólos giram sobre a intervenção estatal na economia e no comportamento social dos indivíduos. A direita considera a religião importante para a vida das pessoas; não acolhe a descriminalização do aborto e das drogas; defende a redução do Estado de bem-estar e, por este motivo, aceita um mercado sem regulação. Já a esquerda, não leva em conta a religião como fator base para a vida humana; prefere a existência de um Estado amplo e, portanto, que coloca em prática políticas estatizantes e intervencionistas.

Nesses termos, é possível verificar que a Gazeta do Povo, enquanto veículo de comunicação, está posicionada à direita política, pois apesar de não utilizar esta nomenclatura no rol de suas convicções, expõe pontos que coadunam com a postura situada no espectro em questão. Entre os elementos que viabilizam esse entendimento estão a valorização da democracia, entendida como única forma de governo que respeita plenamente a dignidade humana e permite aos seus cidadãos

---

<sup>26</sup> A pesquisa Datafolha ouviu 2.071 eleitores de forma presencial entre os dias 11 e 12 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

desenvolver ao máximo as suas potencialidades; o estabelecimento de limites à ação do Estado, através do respeito às liberdades e garantias individuais; e a contrariedade da ideia utilitarista de “bem da maioria” em contraposição a um estado de coisas que permite a cada indivíduo buscar o próprio desenvolvimento integral.

Somam-se a isso a compreensão de que o ser humano pode atingir a verdade e compartilhá-la por meio de uma honesta disposição ao debate que respeita a inteligência do outro; a defesa de que cada indivíduo, independentemente de características inatas ou comportamentos que venha a adotar, tem uma dignidade intrínseca que não pode ser retirada pelo Estado, pela cultura ou pelo consenso social; e que o Estado tem papel subsidiário no que tange ao conjunto de condições que ajudam as pessoas a se desenvolverem integralmente, caso queiram, já que quanto mais iniciativas elas mesmas tiverem, mais provável é que se desenvolvam.

A própria rejeição à luta de classes marxista e ao pensamento que coloca o empreendedor como um vilão ganancioso, conforme anunciado em suas convicções, já demonstra que o jornal é contrário ao pensamento de esquerda. No mesmo sentido, a ênfase no entendimento de que o Estado não deve impor limites à atividade profissional<sup>27</sup> e deve perceber as empresas como instrumentos de desenvolvimento humano e profissional situa a Gazeta do Povo no binômio conservador-liberal. Dito isto, cabe ressaltar, no entanto, que por meio das matérias que compreendem o *corpus* desta pesquisa não foi identificado viés militante por parte do veículo. Pode-se constatar, sim, uma forte influência das convicções publicadas pela empresa sobre o fazer jornalístico nas matérias analisadas, a qual está materializada sob o ângulo das abordagens, por exemplo.

Sem embargo, a terceira matéria analisada registra ainda que há intensa oposição de lideranças evangélicas e políticas em relação à candidatura de Lula (PT) e, novamente, aparecem nomes como o do pastor Malafaia e do deputado Cavalcante (DEM-RJ). Também é citado no texto noticioso o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), que entra em cena a partir do lançamento de um desafio ao candidato petista: sair às ruas para ter contato direto com os cidadãos, uma vez que, para ele, o ex-presidente não possui expressivo apoio popular, sendo sua aceitação

---

<sup>27</sup> Salvo por meio de restrições ao exercício profissional em casos onde estão em jogo a vida, a saúde, a integridade física e a liberdade (GAZETA DO POVO, 2017).

“construída pelo sistema que quer derrubar Bolsonaro” (GAZETA DO POVO, 2021, n.p).

A notícia abarca ainda que, segundo a bancada evangélica, não há justificativa para que os cristãos retirem o apoio a Bolsonaro (PL) e se associem a Lula (PT), apesar do não avanço de determinadas pautas conservadoras no atual governo. Nesse escopo, o texto apresenta a ocorrência de atrito entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e o Presidente da República. Isso porque, de acordo com a publicação, o Ministério das Relações Exteriores não havia intervindo, até aquele momento, em um conflito da Igreja com o governo de Angola e religiosos locais. A publicação menciona que apenas após manifestações públicas de lideranças vinculadas à denominação o governo formou uma comitiva para ir ao país africano tratar do tema com diplomatas angolanos.

A notícia recupera ainda a informação de que o apoio do Bispo Edir Macedo à Bolsonaro só ocorreu no segundo turno das eleições de 2018 e salienta que entre lideranças da Igreja há o entendimento de que o presidente não se empenhou pelas campanhas de Celso Russomano (Republicanos), em São Paulo, e Marcelo Crivella (Republicanos), no Rio de Janeiro, por ocasião das eleições municipais ocorridas no ano passado. De acordo com Zimmer (2021), isso pode ser um indicativo de que, apesar da influência do cristianismo junto ao Executivo Federal, materializado principalmente através da atuação da bancada evangélica e de lideranças carismáticas, no momento da tomada de decisão há prevalência de outros aspectos governamentais, como a economia, por exemplo.

O último texto noticioso que compreende o *corpus* de análise dessa pesquisa, “Quem são e o que querem os evangélicos que vão participar das manifestações do dia 7”, aponta que os atos pró-governo, ocorridos em 7 de setembro de 2021, serviriam para medir o apoio de evangélicos ao atual presidente. A matéria, que foi publicada cinco dias antes das manifestações, salienta que os cristãos compõem uma das parcelas da população que mais deu apoio a Bolsonaro (PL) desde o período da sua pré-candidatura ao Executivo Federal.

A notícia destaca ainda que líderes religiosos convocaram fiéis a irem às ruas por meio de vídeos que circularam por meio do aplicativo *Whatsapp* e nas mídias sociais digitais. Na ocasião, de acordo com a publicação, bispos, pastores, entre outras personalidades, informaram que os atos não seriam, exclusivamente, de apoio ao chefe do Executivo, mas sobretudo em defesa de pautas como liberdade

de imprensa e expressão, separação entre os poderes, respeito à Constituição e possibilidade de impressão do voto para auditar as eleições. Em que pese, entre os líderes protestantes que apoiam o governo e que são mencionados na notícia estão os pastores Malafaia, Renê Terra Nova<sup>28</sup>, Samuel Câmara<sup>29</sup>, Claudio Duarte<sup>30</sup>, Estevam Hernandez<sup>31</sup>, Jorge Linhares e Daniela Linhares<sup>32</sup>.

Nesse ensejo, a Gazeta do Povo aborda que dois fatores reforçaram a propensão de apoio evangélico para Bolsonaro nas eleições de 2022. O primeiro foi a postura adotada no que concerne à contestação quanto ao fechamento obrigatório de igrejas durante os meses iniciais da pandemia de covid-19. O segundo, a nomeação de André Mendonça - Advogado-geral da União e pastor presbiteriano - para compor o STF. O destaque dado pelo veículo, no entanto, focou na declaração do deputado Feliciano (Republicanos-SP), que afirmou estar em curso um plano de poder para defenestrar o atual governo do Brasil em razão de seu perfil conservador.

Pesquisas comparativas realizadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) apontam que entre os anos de 2014 e 2018 houve um aumento de 6% no índice de conservadorismo no Brasil (DE ANDRADE LIMA; LIMA, 2020). Apesar disso, Tadvald (2015) afirma que a representação dos cristãos na Câmara, por exemplo, é proporcional ao seu percentual na população brasileira. Para o autor, em termos político-religiosos esse grupo encontra-se à frente de outros segmentos no que diz respeito à corrida eleitoral, mas não necessariamente possui uma capacidade superior a de outros setores sociais na angariação de votos.

Para ele, o posicionamento público transparente baseado no dogmatismo e materializado, sobretudo, na esfera dos costumes e da moralidade nacional, são pontos que unem os cristãos na política e, por conseguinte, fortalecem o conservadorismo - o qual, em certa medida, aceita os princípios religiosos como agente moralizador na sociedade contemporânea. Disso, segundo Tadvald (2015), decorre a formação de coalizões que agregam parlamentares católicos e protestantes para frear iniciativas que interfiram na conservação dos valores morais.

---

<sup>28</sup> Ministério Internacional Restauração.

<sup>29</sup> Igreja Assembleia de Deus em Belém do Pará.

<sup>30</sup> Líder do Projeto Recomeçar.

<sup>31</sup> Igreja Renascer.

<sup>32</sup> Igreja Batista Getsêmani em Belo Horizonte.



Talvez, por isso, líderes eclesiais têm se lançado ao debate político através da *internet*, principalmente nas mídias sociais digitais. Por meio de textos, imagens e vídeos eles expõem pontos de vista e se posicionam em relação às temáticas que circundam o contexto, sempre utilizando a influência que possuem para mobilizar sua densidade social e peso político frente ao *establishment*. Sem levar em consideração quesitos como atratividade viral, número de curtidas e compartilhamento, quantidade de seguidores alcançados pelo conteúdo e repercussão das publicações, ao lançar um breve olhar sobre os perfis desses líderes em mídias como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, é possível identificar que, de fato, há potencial de influência. Isso porque, em alguns casos, há considerável número de seguidores, conforme tabela a seguir:

Tabela 7 - Perfis líderes eclesiais nas mídias sociais digitais

LÍDER	FACEBOOK	INSTAGRAM	TWITTER
Silas Malafaia	3,1 milhões	3,1 milhões	1,4 milhão
Marco Feliciano	4,2 milhões	2,3 milhões	716 mil
Edir Macedo	2,8 milhões	1,2 milhão	458 mil
R.R Soares	2,9 milhões	399 mil	192 mil
Renê Terra Nova	149 mil	188 mil	183 mil
Samuel Câmara	110 mil	37 mil	38 mil
Claudio Duarte	6 milhões	6 milhões	--
Jorge Linhares	84 mil	81 mil	73 mil
Daniela Linhares	11 mil	91 mil	3 mil
Estevam Hernandes	209 mil	630 mil	--

Fonte: Elaborada pela autora.

Ainda no escopo da quarta notícia que compreende o *corpus* desta pesquisa, foi identificado que os líderes religiosos rejeitaram o rótulo utilizado pelos

adversários do governo de que as manifestações ocorridas em 7 de setembro seriam "golpistas". A publicação destaca que, sob a perspectiva desses atores, "o golpe" é dado pelos demais poderes, em especial o Judiciário, que estaria cerceando as ações do presidente da República e vetando posicionamentos públicos que deveriam estar protegidos pela liberdade de expressão" (GAZETA DO POVO, 2021, n.p).

Nesse eixo, é importante retomar as convicções publicadas pela Gazeta do Povo, em 2017. Entre elas, está a ideia de proporcionalidade, onde o jornal aponta que eventuais limitações às liberdades dos cidadãos têm de ser exceções e devem ser rigorosamente justificadas. Nesse âmbito, protagoniza também a defesa da liberdade de expressão como mecanismo essencial para a democracia, uma vez que, para o veículo, através dela são ampliados os canais de participação política para que a comunidade torne públicas suas demandas e fiscalize seus representantes.

Levando isso em conta, através de declaração atribuída a Feliciano (Republicanos), emergem na matéria questões relativas às prisões efetuadas no país por ocasião do que se convencionou chamar de "crime de opinião"<sup>33</sup>. Diretamente, o parlamentar cita o caso do também deputado federal Daniel Silveira (PSL)<sup>34</sup>, que em 16 de fevereiro de 2021 foi preso por determinação do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, em razão da publicação de vídeo no qual tece críticas aos componentes da Corte. O encarceramento ocorreu no âmbito do inquérito das *fake news*, também conhecido como "inquérito do fim do mundo", que não possui alvo determinado e foi aberto, em 2019, pelo próprio Supremo.

A investigação, que é criticada por juristas - sobretudo pelo fato de estar amparada na Lei de Segurança Nacional (LSN), dispositivo herdado do Governo Militar que abre precedentes para a perseguição política - não foi solicitada por autoridade policial, Ministério Público ou Procuradoria-Geral da República. Baseada no artigo 43 do Regimento Interno do STF, que prevê que o presidente da Corte pode instaurar inquérito caso haja "infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal", a iniciativa tem como justificativa um suposto combate às notícias falsas.

---

<sup>33</sup> Atribuir ao verbo, falado ou escrito, ato digno de punição.

<sup>34</sup> Prisão de Daniel Silveira é inconstitucional, afirmam juristas. Disponível em <https://revistaeste.com/politica/prisao-de-daniel-silveira-e-inconstitucional-afirmam-juristas/> Acesso em 28 de outubro de 2021.

Sem mencionar o nome do jornalista Oswaldo Eustáquio<sup>35</sup>, na afirmação de Feliciano (Republicanos-SP) também há referência à prisão do profissional de imprensa, ocorrida em 18 de dezembro de 2020. A ordem, que também partiu do ministro Alexandre de Moraes, está alicerçada na suspeita de que o comunicador impulsiona o discurso de polarização contra o STF e o Congresso Nacional, já que emitiu críticas em suas mídias sociais digitais em relação à atuação de integrantes do Supremo e políticos.

---

<sup>35</sup> O escândalo sigiloso da prisão do jornalista Oswaldo Eustáquio. Disponível em <https://revistaoeste.com/brasil/o-escandalo-sigiloso-da-prisao-do-jornalista-oswaldo-eustaquio/> Acesso em 28 de outubro de 2021.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a percepção de que na atualidade há intensa imbricação entre política e cristianismo no Brasil, investigar o fenômeno através de um veículo de comunicação se mostrou necessário. Dado o contexto, perscrutar a temática em um jornal que se posiciona como conservador nos costumes e liberal na economia possibilitou uma melhor percepção acerca da materialização do tema, sobretudo pelo fato do fenômeno ser percebido pelo periódico como legítimo.

Sob essa égide, foi possível verificar que a hipótese levantada por ocasião da projeção deste estudo se confirmou. Isso porque foi identificado que o cristianismo exerce influência no cenário político brasileiro atual através da atuação dos seus adeptos e simpatizantes, haja vista que esses combatem ideias que confrontam valores centrais do dogma cristão e defendem as que confirmam a manutenção de crenças políticas e sociais pautadas no conservadorismo e no entendimento da família nuclear como uma unidade fundamental.

A partir das análises efetuadas é admissível afirmar também que, no que se refere a editoria República do jornal Gazeta do Povo, no período compreendido entre os anos de 2018 e 2021, a associação entre política e cristianismo aparece, predominantemente, em notícias relacionadas ao Poder Executivo. No entanto, apesar das abordagens tratarem, essencialmente, sobre o apoio da ala cristã ao atual presidente do Brasil, as matérias possuem ênfase em nuances que permeiam o contexto político nacional.

Outrossim, ainda no âmbito do veículo de comunicação, foi identificado que trata-se de um jornal que, apesar de posicionado, não atua como militante. Isso porque publiciza suas convicções e deixa exposta a linha que norteia suas produções, sem incorporar meandros político-partidários, por exemplo. Ao menos no que concerne às notícias que compuseram o *corpus* desta investigação, não foi verificada a emissão de opiniões travestidas de fatos quando se trata de pauta relacionada à mescla de preceitos políticos com entendimentos religiosos.

É axiomática a predisposição do veículo em assumir publicamente as crenças que capitaneiam suas produções e, por conta disso, o jornalismo ali praticado é detentor de certo grau de transparência, posto que não se disfarça, mas se localiza. Afinal, quem lê tem à disposição a informação prévia de que trata-se de um periódico conservador-liberal pautado em convicções da visão cristã de mundo.

Para além disso, todavia, cabe considerar que a relevância quantitativa da temática política - cristianismo, no âmbito da editoria República, ficou aquém do esperado no que diz respeito à proporcionalidade de publicações entre 2018 e 2021. Isso porque as notícias se apresentaram concentradas em apenas dois dos anos considerados nesta pesquisa, a saber: 2020 e 2021. Apesar disso, no entanto, nas constantes pode ser constatada correspondência com 22 das crenças elencadas pelo veículo como norteadoras de suas produções.

Por fim, é crucial apontar que através do desenvolvimento deste estudo ficou perceptível que a problemática apresentada é fenômeno notadamente relevante. Por esse motivo, pesquisas futuras poderão perscrutá-la com a finalidade de fazer emergir fatores outros que, por questão de recorte, não foram englobados nesta investigação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, EAS de; KOVOSKI, G. C.; ROCHA, P. M. Marcas da história do jornalismo da Gazeta do Povo e o processo de feminização da redação. In: 6º, 2016, Ponta Grossa. **Anais**. Ponta Grossa: Alcar, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ALVES, Rubem A. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. **Primeiros Estudos**, n. 9, p. 63-94, 2019.

AGÊNCIA SENADO. Há 100 anos, Epitacio se elegeu presidente sem estar no Brasil. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-epitacio-se-e-legeu-presidente-sem-estar-no-brasil> Acesso em 23 de agosto de 2021.

ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, Ivar A. A monocratização do STF. **O Supremo em**, 2015.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 10, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora: Vozes, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BOHN, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião pública**, v. 13, p. 366-387, 2007.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião pública**, v. 10, p. 288-338, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, v. 20, p. 83-113, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes parlamentares. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> Acesso em 14 de setembro de 2021.

CASANOVA, José. Rethinking Secularization: a global comparative perspective. **The Hedgehog Review**, v. 8, n. 1, p.7-22, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: NASSER, Ana Cristina Nasser (Org). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COMSCORE MYMETRIX. Painel. Disponível em <https://auth2.comscore.com> Acesso em 7 de junho de 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. A importância da Gazeta para o jornalismo brasileiro. 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/importancia-da-gazeta-povo-para-o-jornalismo-brasileiro/> Acesso em 20 de julho de 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. Evangélicos e as eleições 2014: primeiro balanço pós-5 de outubro. **Instituto Humanitas Unisinos**, v. 15, 2014.

CUNHA, Magali do nascimento. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SILVA, Marcio Fernandes da. **Educar para a submissão: o caso Opus Dei**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE ANDRADE LIMA, Elizabeth Christina; LIMA, Isabelly Cristiany Chaves. Conservadorismo, neoconservadorismo e bolsonarização. **Revista Debates**, v. 14, n. 1, p. 173-199, 2020.

DURKHEIM, ÉMILE. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GARSCHAGEN, Bruno. Conservadorismo brasileiro: tradição e história. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/sem-mimimi/conservadorismo-brasileiro-tradicao-historia-20541465.html> Acesso em 28 de outubro de 2021.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 2, p. 64-89, 2002.

GAZETA DO POVO. As convicções editoriais da Gazeta do Povo em resumo. 2017. Disponível em

<https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/conviccoes-editoriais-gazeta-povo-r-esumo/> Acesso em 10 de agosto de 2021.

GAZETA DO POVO. Gazeta do Povo completa 100 anos como um dos jornais mais lidos do Brasil. 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/centenario-jornal-mais-lido-brasil/> Acesso em 16 de agosto de 2021.

GAZETA DO POVO. O que leva Ana Amélia e Guilherme a apostar no jornalismo de qualidade? 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/ana-amelia-guilherme-cunha-pereira-perfil/> Acesso em 20 de julho de 2021.

GAZETA DO POVO. Menos é mais também no mundo digital? 2019. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/100-anos/menos-e-mais-mundo-digital/> Acesso em 20 de julho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIORGI, Alberta; POLIZZI, Emanuele. Um movimento católico na política: o caso do Comunhão e Libertação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 97, p. 41-60, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**. V. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, André. História da editoria República do jornal Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Thaianie Firmino da Silva em 23 de novembro de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: Ribeiro, Paula Regina Costa; Magalhães, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande, RS, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

KRITSCH, Raquel. Política, religião, revolução e soberania em reflexões sobre a revolução em França do conservador E. Burke. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 68-83, 2011.

LIMA, Thiago Duarte. Reflexões sobre estado laico: a influência dos atores políticos na construção de um estado cristão brasileiro. 2020. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em revista**, v. 34, 2018.

MACHADO, Arlindo; VÉLEZ, Marta Lucía. Questões metodológicas relacionadas com a análise de televisão. In: **E-Compós**. 2007.



MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio** ("Discorsi"). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARTINS, Fernando. Política e religião na editoria República do jornal Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Thaianie Firmino da Silva em 25 de novembro de 2021.

MATA, Sérgio da. Religião e modernidade em Ernst Troeltsch. **Tempo social**, v. 20, p. 235-255, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. In: **Como fazer pesquisa qualitativa**, p. 232-232, 2013.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; MARTINS, Cáo César Nogueira. O discurso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e a ascensão de Bolsonaro. **Plural**, v. 28, n. 1, p. 237-258, 2021.

OPBB. Declaração oficial da Ordem dos Pastores do Brasil sobre homossexualidade e ideologia de gênero. Disponível em <https://www.opbb.org.br> Acesso em 26 de outubro de 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos estudos CEBRAP**, n. 89, p. 6-15, 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, p. 187-214, 2017.

QUADROS, Elton Moreira. SAVORANA, Alberto. Vita de Don Giussani. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 9, n. 15, p. 179-182, 2015.

QUINTELA, Flávio. O desafio de uma imprensa plural. 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/flavio-quintela/o-desafio-de-uma-imprensa-plural/> Acesso em 25 de agosto de 2021.

ROCKWELL, Lew; PAUL, Ron. Igreja, estado e políticos - o estatismo quer ser a nova religião oficial. **Mises Brasil**, 2013. Disponível em <https://www.mises.org.br/article/1651/igreja-estado-e-politicos--o-estatismo-quer-ser-a-nova-religiao-oficial-> Acesso em 13 de setembro de 2021.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. Religião e Revolução nas principais obras de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 17, p. 153-171, 2010.

SCOTT, Mainwaring. **Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Revista de Estudos Latinoamericanos**, n. 64, p. 223-256, 2017.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.

TÉCNICAS, Normas. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR-6023**: informação e documentação—referências—elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

TELLES, Helcimara. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América** – Livro I: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro**. Brasiliense, 1968.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Arquivo Histórico ACS. Disponível em <https://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/> Acesso em 22 de setembro de 2021.

USARSKI, Frank. História da ciência da religião. **Revista de Religião e Cultura**, n. 47, p. 139-150, 2013.

VAN DIJK, T. & KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VON MISES, Ludwig. **Teoria e história**: uma interpretação da evolução social e econômica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIMMER, Luís. A religião na política externa do governo Bolsonaro: pentecostalismo e Israel. 2021. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2021.